

MLog S.A.
CNPJ/MF nº 13.444.994/0001-87
NIRE 33.3.0029745-6
Companhia Aberta

**MANUAL DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA MLOG S.A. A
SER REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2021**

O presente manual (“Manual”) tem por objetivo prestar esclarecimentos e orientações aos Senhores Acionistas acerca das deliberações a serem tomadas na Assembleia Geral Ordinária da **MLog S.A.** (“Companhia” ou “MLog”), que será realizada no próximo dia 30 de junho de 2021, às 11:00h (“Assembleia” ou “AGO”), de forma parcialmente digital, na sede da Companhia, situada na Rua Lauro Müller 116 – sala 2601 e 2608/parte, Botafogo, CEP 22290-906, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro e por meio de sistema eletrônico através da plataforma digital Microsoft Teams, que se encontram discriminadas e detalhadas no presente documento, bem como submeter a sua apreciação, de acordo com as determinações legais e estatutárias, a proposta da Administração abaixo destacada:

I. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos aos Senhores Acionistas, a seguir, a proposta da Administração para cada uma das matérias da ordem do dia constantes do Edital de Convocação, as quais serão objeto de deliberação na Assembleia:

- (i) Apreciar as contas dos administradores e relatório da administração, examinar, discutir e votar as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, acompanhada do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020**

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração da Companhia foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e auditados pelos Auditores Independentes – KMPG Auditores Independentes.

A Administração recomenda aos Acionistas da Companhia que examinem detidamente esses documentos relativos ao exercício social de 2020 e, caso necessário, esclareçam previamente eventuais dúvidas, a fim de deliberarem sobre a aprovação das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Apresentamos no presente Manual os Comentários dos Diretores acerca da situação financeira da MLog, os quais correspondem ao item 10, do Anexo 24, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 (“ICVM 480/09”), conforme determina o Art. 9º, inciso III, da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“ICVM 481/09”). As informações requeridas estão disponíveis para consulta dos Acionistas na sede da Companhia, no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e constituem o Anexo A da presente Proposta.

(ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

De acordo com o que estabelece a ICVM 481/09, em seu artigo 9º, bem como visando disponibilizar aos acionistas as informações necessárias para as suas deliberações relativamente a destinação dos resultados, informamos o que segue:

Composição do saldo de Lucros/Prejuízos Acumulados:

- Prejuízo do exercício findo em 31/12/2018: R\$ 19.076
- Prejuízos acumulados em 31/12/2018: R\$ 372.952
- Prejuízo do exercício findo em 31/12/2019: R\$ 29.530
- Prejuízos acumulados em 31/12/2019: R\$ 402.482
- Lucro líquido do exercício findo em 31/12/2020: R\$ 41.366
- Prejuízos acumulados em 31/12/2020: R\$ 335.808

Destinações:

a. Reserva Legal (artigo 27, “a”, do Estatuto Social): não haverá em função da Companhia possuir saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

b. Reserva de Contingências (artigo 27, “b”, do Estatuto Social): não haverá em função da Companhia possuir saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

c. Reserva de Lucros Não Realizados (artigo 27, “c”, do Estatuto Social): não haverá em função da Companhia possuir saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

d. Dividendo Mínimo Obrigatório (artigo 27, “d”, do Estatuto Social): não haverá em função da Companhia possuir saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

Tendo em vista que o resultado do exercício é positivo, apresentamos no Anexo D as informações do Anexo 9-1-II da ICVM 481/09, referente à “Destinação do Lucro Líquido”.

(iii) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia

O Conselho de Administração da Companhia é composto por até 9 (nove) membros de acordo com o artigo 14 do Estatuto Social. Os membros do Conselho de Administração da Companhia serão eleitos pelos acionistas reunidos em Assembleia, pelo sistema de chapas. Considerando que os candidatos que compõem a chapa declararam preencher os requisitos legais e estatutários para compor o Conselho de Administração, a Administração recomenda a eleição da seguinte chapa:

Candidatos a Membros do Conselho de Administração:

Luiz Claudio Souza Alves

Alvaro Piquet Carneiro

Otávio Augusto de Paiva

A Administração recomenda aos Acionistas da Companhia que examinem as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência em relação aos candidatos da

chapa proposta pelo Conselho de Administração, as quais estão disponíveis no Anexo C a este Manual, atendendo ao disposto no Artigo 10 da ICVM 481.

(iv) Fixar a remuneração global anual da Administração

A Administração propõe e recomenda a fixação de uma remuneração global da Administração em até R\$10.100.000,00 (dez milhões e cem mil reais), conforme art. 152 da Lei das S.A., sendo até R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) em remuneração global fixa e até R\$4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil reais) em remuneração global variável.

Como anexo deste Manual (Anexo B), apresentamos as informações exigidas pelo artigo 12 da ICVM 481/09.

Por fim, ressaltamos que nos termos do Artigo 1º da Instrução CVM 165/91, alterada pela Instrução CVM 282/98, o percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), e deverá ser requerido no prazo de até 48 horas antes da realização da Assembleia.

II. REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS

A Assembleia será realizada de forma parcialmente digital, nos termos do inciso II do art. 21-C da Instrução CVM nº 481/2009. Assim, como alternativa à participação presencial no endereço da sede da Companhia, os Acionistas poderão participar da AGO, por si ou por seus representantes, se assim desejarem, por meio de sistema eletrônico, através da plataforma digital Microsoft Teams.

A participação por meio de tal sistema digital conjugará áudio e imagem, sendo que os Acionistas que desejarem participar desta forma deverão manter a sua câmera ligada durante o curso da Assembleia com o fim de assegurar a autenticidade das comunicações. A Assembleia será integralmente gravada.

Com o objetivo de conferir celeridade ao processo de realização da Assembleia e facilitar a participação de todos, requer-se, obrigatoriamente, que os Acionistas que desejarem participar por meio eletrônico enviem tal solicitação à Companhia pelo e-mail juridico@mlog.com.br, com antecedência mínima de 48h (ou seja, até as 11 horas - horário de Brasília - do dia 28 de junho de 2021), juntamente com toda a documentação necessária para participação na Assembleia, conforme informado neste Manual e no Edital de Convocação.

Para participar da Assembleia, os Acionistas deverão provar sua qualidade de acionista, conforme o artigo 126 da LSA, mediante a apresentação dos seguintes documentos: (i) o respectivo comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária; (ii) documento de identidade com foto, para o Acionista pessoa física, e os documentos que comprovem os poderes de representação, para o Acionista pessoa jurídica; e (iii) se for o caso, instrumento de mandato para representação do Acionista por meio de procurador, outorgado nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 126, da LSA.

Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinando a procuração em seu próprio nome deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo.

A Companhia examinará a procuração e os documentos comprobatórios de representação e, se não puder validar a representação com base nos documentos recebidos, não entregará a procuração para o procurador designado acima, em conformidade com as disposições da LSA e da ICVM 481/2009.

A Companhia dispensará, excepcionalmente para essa Assembleia, a necessidade de recebimento da via física dos documentos comprobatórios dos acionistas, sendo aceito o envio das versões eletrônicas de tais documentos através do e-mail juridico@mlog.com.br. O acionista será responsável pela integridade e confiabilidade dos documentos enviados à Companhia.

Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação à distância dos acionistas, a Companhia enviará as instruções para participação por meio digital somente após recebida a solicitação para participação por meio eletrônico e verificados os documentos de identificação e representação apresentados. Após verificação dos documentos, o Acionista receberá o link para participação na AGO por meio da plataforma Microsoft Teams. O link é pessoal e não poderá ser compartilhado sob pena de responsabilização.

O Acionista que participar à distância poderá se manifestar e exercer seus direitos de voto por meio de tal sistema, sendo considerado presente à AGO e assinante da ata, nos termos do art. 21-V, III e parágrafo único da Instrução CVM nº 481/2009.

A Companhia não se responsabiliza por qualquer problema operacional ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do Acionista na AGO por meio eletrônico. Exclusivamente quanto a dúvidas de acesso ou uso da plataforma Microsoft Teams, os Acionistas que desejarem participar da AGO à distância poderão contatar auxílio técnico, inclusive em tempo real, pelo telefone (21) 2538-4900.

A Companhia recomenda, ainda, que os Acionistas que solicitem sua participação por meio eletrônico se familiarizem previamente com o uso da plataforma digital Microsoft Teams, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por vídeo e áudio). Adicionalmente, a Companhia solicita a tais Acionistas que, no dia da AGO, acessem a plataforma com, no mínimo, 30 minutos de antecedência do horário previsto para início da AGO a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem.

Vale destacar que o Acionista que já tiver enviado procuração com a sua instrução de voto poderá acompanhar a AGO por meio do sistema eletrônico ora tratado, devendo realizar tal solicitação à Companhia pelo e-mail juridico@mlog.com.br, indicando que apenas acompanhará a assembleia, sem que a instrução de voto anteriormente enviada deva ser desconsiderada. Caso o Acionista queira alterar o seu voto durante a realização da assembleia, o mesmo poderá realizá-lo, desde que comunique tal fato à mesa da assembleia, informando expressamente o desejo de substituir sua instrução de voto.

Por fim, os documentos e informações necessários para a participação e exercício do voto na AGO, presencialmente ou de forma digital, foram colocados à disposição dos Acionistas, na forma do artigo 133 da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 481/2009, e podem ser consultados na página da internet de relações com investidores da Companhia (www.mlog.com.br), bem como da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

A Companhia recomenda que o Acionista que for participar presencialmente também antecipe o envio de cópia da procuração e dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação, remetendo tais documentos para juridico@mlog.com.br.

III. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

Em consonância com a ICVM 481/09, os documentos de interesse dos Acionistas para a participação na Assembleia estão anexos a este Manual e disponíveis nos seguintes endereços da rede mundial de computadores: <http://www.cvm.gov.br> e <http://www.mlog.com.br>.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2021.

Gustavo Barbeito de Vasconcellos Lantimant Lacerda
Diretor de Planejamento Estratégico e de Relações com Investidores
MLog S.A.

ANEXOS

ANEXO A Comentários dos Diretores acerca da situação financeira da Companhia (item 10, do Anexo 24 - Formulário de Referência, da ICVM 480/09)

ANEXO B Proposta de Remuneração e Informações sobre a Remuneração dos Administradores (Conforme artigo 12 da ICVM 481 e item 13 do Anexo 24 - Formulário de Referência, da ICVM 480/09)

ANEXO C Informações exigidas pelo artigo 10 da ICVM 481/09 (itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)

ANEXO D Informações exigidas pelo artigo 9, parágrafo único, inciso II, da ICVM 481/09 (informações indicadas no Anexo 9-1-II da ICVM 481/09)

ANEXO A

(item 10, do Anexo 24, da ICVM 480/09)

10. Comentários dos diretores

10.1 – Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A MLog S.A. (“Companhia”) detém o controle integral das sociedades Morro do Pilar Minerais S.A.(“MOPI”), Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba (“CDNC”), Dutovias do Brasil S.A.(“Dutovias”), Asgaard Navegação S.A.(“Asgaard”). A MLOG possui também participação indireta na Companhia de Navegação da Amazônia - CNA (“CNA”) por meio de sua controlada Asgaard e participação acionária indireta na Bourbon Offshore Marítima (“BOM) por meio da CNA.

A subsidiária CDNC não é operacional, sendo proprietária de um terreno no município de Linhares, no Espírito Santo. As subsidiárias MOPI e Dutovias, atuam nos segmentos de mineração. As subsidiárias Asgaard e CNA atuam no segmento navegação por meio de afretamento e operação de embarcações de apoio marítimo para a indústria de óleo e gás, caso da Asgaard, enquanto a CNA atua no transporte fluvial de granel líquido (petróleo cru, seus derivados e biocombustíveis).

A Asgaard celebrou contrato de três anos com a Petrobras para operação do Asgaard Sophia a partir do término do contrato atualmente em vigor, que termina em abril de 2021.

Quanto ao Projeto de extração de minério de ferro denominado “Morro do Pilar”, a Companhia efetuou os estudos e cumpriu as condicionantes da Licença Prévia (“LP”) necessárias para o protocolo do pedido de Licença de Instalação (“LI”), tendo oficializado o pedido da LI junto aos órgãos governamentais no terceiro trimestre de 2019, conforme Nota Explicativa nº 16.

Conforme Fato Relevante de 19 de fevereiro de 2020, a Companhia celebrou compromisso vinculante com a BOM e sua controladora envolvendo: (i) o aumento da frota atual da Asgaard pela aquisição de 3 (três) embarcações AHTS brasileiras de propriedade da BOM, (ii) a utilização de créditos do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”) e (iii) uma parceria para operação de embarcações de apoio marítimo brasileiras e estrangeiras do grupo Bourbon e do grupo MLog no Brasil.

A completa implementação desta operação contém passos já concluídos, como a aquisição da participação de 20% na BOM pela CNA, o uso e a conversão em caixa de AFRMM, a aquisição e assunção da dívida com o BNDES destas 3 embarcações AHTS pela MLog, realizada em 30 de dezembro de 2020, conforme Nota Explicativa nº 8

Determinados passos futuros já contratados ainda serão efetivados, mas desde 30 de dezembro de 2020 estes não mais dependem de aprovação de terceiros para sua viabilidade.

A Companhia apresenta nessas demonstrações financeiras um lucro de R\$ 41.366 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e prejuízos acumulados de R\$ 335.808 (R\$ 402.482 em 31 de dezembro de 2019).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários e obrigações na aquisição de investimentos, conforme os prazos

divulgados nas Notas Explicativa 22 e 14, respectivamente.

Conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia e suas controladas excedeu o total do ativo em R\$ 89.615 (R\$ 24.187 em 2019).

O cenário acima é resultado de 70% dos ativos da Companhia estarem em estágio pré-operacional, relacionados ao Projeto Morro do Pilar e compromissos de curto prazo relacionados principalmente aos valores a pagar pela aquisição da CNA (Obrigações na Aquisição de Investimentos).

A Companhia está em renegociação com os principais credores dos valores a pagar pela aquisição da CNA e a capacidade da Companhia em combinar o reescalonamento deste passivo, o levantamento de capital adicional ou de executar seu plano de negócios, com foco na geração de caixa de suas atividades de navegação (incluindo a anunciada operação com a BOM) e a conversão de AFRMM em caixa livre são fundamentais para que suas atividades operacionais e pré-operacionais não sejam comprometidas.

Esses eventos e condições indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a continuidade operacional da Companhia. Se a Companhia não tiver condição de continuar operando no curso normal de seus negócios, então, podem existir impactos (i) na realização dos seus ativos, inclusive, mas não limitado, ao ágio por expectativa de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis, e (ii) no cumprimento com certas obrigações pelos valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

b. estrutura de capital

Desde 2016, quando seus ativos se encontravam todos em fase pré-operacional, a Companhia vem realizando aumento de capacidade de geração de resultados operacionais recorrentes através da aquisição da CNA e da Operação BOM.

Como até 2020 a Companhia não contava com geração recorrente consolidada de resultado operacional e nem posição relevante em caixa, estes movimentos foram executados com assunção de compromissos de pagamento futuros.

A Companhia encerrou o exercício de 2020 com Patrimônio Líquido Consolidado de R\$825.876 e passivo total de R\$413.264. Neste passivo estão incluídos R\$178.067 de Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM, que embora estejam reconhecidas no passivo, não representam obrigação de pagamento pela Companhia. A existência deste valor está relacionada à metodologia de contabilidade de subsídios governamentais, conforme determinado pelo CPC 07.

O valor do passivo total da Companhia, excluindo o valor de Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM, é de R\$235.197, equivalente a 19,0% do seu total de ativos e 28,5% do seu Patrimônio Líquido.

O estatuto social da Companhia não prevê hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia e tampouco uma fórmula de cálculo do valor de resgate, devendo ser observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia apresenta nessas demonstrações financeiras um lucro de R\$ 41.366 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e prejuízos acumulados de R\$ 335.808 (R\$

402.482 em 31 de dezembro de 2019).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários e obrigações na aquisição de investimentos, conforme os prazos divulgados nas Notas Explicativa 22 e 14, respectivamente.

Conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia e suas controladas excedeu o total do ativo em R\$ 89.615 (R\$ 24.187 em 2019).

O cenário acima é resultado de 70% dos ativos da Companhia estarem em estágio pré-operacional, relacionados ao Projeto Morro do Pilar e compromissos de curto prazo relacionados principalmente aos valores a pagar pela aquisição da CNA (Obrigações na Aquisição de Investimentos).

A Companhia está em renegociação com os principais credores dos valores a pagar pela aquisição da CNA e a capacidade da Companhia em combinar o reescalonamento deste passivo, o levantamento de capital adicional ou de executar seu plano de negócios, com foco na geração de caixa de suas atividades de navegação (incluindo a anunciada operação com a BOM) e a conversão de AFRMM em caixa livre são fundamentais para que suas atividades operacionais e pré-operacionais não sejam comprometidas.

Esses eventos e condições indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a continuidade operacional da Companhia. Se a Companhia não tiver condição de continuar operando no curso normal de seus negócios, então, podem existir impactos (i) na realização dos seus ativos, inclusive, mas não limitado, ao ágio por expectativa de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis, e (ii) no cumprimento com certas obrigações pelos valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

Até esta data a Companhia utilizou recursos próprios resultantes das captações privadas realizadas em 2011, 2012 e da operação de incorporação da Asgaard em 2015, no total de cerca de R\$1,2 bilhão para financiar suas necessidades, investimento em ativos não-circulantes, bem como para capital de giro. Adicionalmente, a Companhia faz uso de outras fontes de capital como linhas bancárias e financiamentos de outras formas, quando disponíveis. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou saldo consolidado de empréstimos bancários de R\$100.441, sendo que destes, R\$80.421 são relativos à assunção de dívida com o BNDES relacionada à operação da BOM. Na mesma data, as Obrigações na aquisição de investimentos, que estão relacionadas com o financiamento da aquisição da CNA, representavam R\$99.592.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Conforme informado no item 10.1(a) deste Formulário de Referência, a Companhia precisa de recursos substanciais para desenvolver seus planos de negócios. Para tanto, a Companhia avalia frequentemente diferentes fontes de recursos para a obtenção de financiamento adicional para suas necessidades de capital de giro e de investimentos. Especialmente para investimento em ativos não-circulantes, a Companhia acredita que o crescimento se utilizará de recursos existentes e também dependerá de linhas e captações futuras como: (i)

Navegação: utilização dos créditos de AFRMM disponíveis e futuros, linhas de financiamento setoriais como Fundo da Marinha Mercante, dentre outras; (ii) Mineração: utilização de capital próprio para o protocolo da Licença de Instalação (“LI”) e linhas de crédito ainda não aprovadas mais novos aportes de capital por acionistas atuais ou novos acionistas para a execução do projeto de produção.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Ver comentários nos itens “b”, “c” e d acima.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Ver comentários nos itens “b”, e “c” e d acima.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relacionamento comercial com as principais instituições financeiras brasileiras, mas a maior parte deste relacionamento comercial está relacionada à prestação de serviços por estas instituições.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Tanto a dívida com o BNDES quanto as Obrigações na aquisição de investimentos contam com garantias reais como cessão de recebíveis e hipotecas ou alienações fiduciárias de ativos.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Nesta data, a Companhia não está sujeita a nenhuma restrição em sua capacidade de se endividar, distribuir dividendos, alienar ativos e/ou emitir novos valores mobiliários.

Como prestadora de serviços da Petrobras, a subsidiária Asgaard está sujeita a avaliações anuais de índices financeiros para que possa se habilitar a novas concorrências realizadas pela empresa.

Com relação às restrições sobre alienação de controle acionário, o contrato de aquisição da CNA restringe a alteração de controle acionário na controladora indireta da Companhia, prevendo a liquidação antecipada da dívida de aquisição, caso haja alteração unilateral no controle da mesma.

g. limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui linhas ou limites de financiamento pré-aprovados significativos. Para informações adicionais, ver comentários nos itens “b”, “c”, “d” e “e” acima.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A discussão a seguir sobre a situação financeira e o resultado das operações da Companhia reflete o entendimento dos seus Diretores e deverá ser lida junto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao período iniciado em 01 de janeiro de 2020 e encerrado em 31 de dezembro de 2020, e respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (International Accounting Standards Board – IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

Período Iniciado em 01 de Janeiro de 2018 e Encerrado em 31 de Dezembro de 2020

Demonstração do Resultado Consolidado	2020	2019	2018
Receita Líquida de prestação de serviços	68.319	72.394	66.594
Custo dos serviços prestados	-66.287	-67.743	-61.284
Resultado Bruto	2.032	4.651	5.310
Despesas Operacionais			
Com pessoal	-16.843	-17.900	-20.133
Serviços prestados	-4.069	-3.110	-4.063
Gerais e administrativos	-4.524	-5.551	-6.216
Depreciação e amortização	-414	-623	-1.122
Tributárias	-1.822	-569	-711
Outras receitas (despesas) operacionais			
Subvenção de AFRMM	45.634	10.518	12.040
Outras despesas operacionais	20.195	-2.686	3.203
	38.157	-19.921	-17.002
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	40.189	-15.270	-11.692
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	20.716	4.005	9.954
Despesas financeiras	-16.241	-17.805	-16.419
	4.475	-13.800	-6.465
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	44.664	-29.070	-18.157
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	-467	-253	-739
Diferidos	-2.831	-207	-57
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	41.366	-29.530	-18.953
Lucro (prejuízo) atribuível a:			
Acionistas das controladoras	41.366	-29.530	-19.076
Acionistas não controladores	0	0	123

Receitas e Despesas Operacionais. A Companhia apresentou Receita Líquida Consolidada de R\$17.164 no 4o trimestre de 2020, encerrando o ano com R\$68.319. A atividade de Navegação apresentou alta da receita, enquanto o desfazimento da aquisição da Marsil reduziu a receita da atividade de Mineração e provocou a queda de Receita Líquida na comparação com 2019. Conforme explicado anteriormente, o resultado dos AHTS comprados da BOM somente impactarão o resultado Consolidado da MLog a partir de 2021, já que a formalização da aquisição das embarcações pela Companhia ocorreu no final de 2020. Em 2020, estas embarcações adquiridas geraram Receita Líquida para a BOM, não auditada, de R\$89.701.

Resultado do Exercício. A Companhia apresentou lucro líquido consolidado de R\$43.254 no quarto trimestre de 2020, encerrando o ano de 2020 com lucro líquido consolidado de R\$41.366. Este é o segundo ano de lucro líquido consolidado desde a fundação da Companhia, em 2011, sendo o primeiro lucro líquido consolidado sem efeito de reversão de *impairment*. Embora seja positivo, o quadro anterior destaca a existência de receitas não recorrentes que afetaram o resultado do trimestre e do ano. A mais significativa delas está relacionada à renegociação de parte da dívida de aquisição da CNA junto ao credor Rio Alva, conforme Nota Explicativa número 14. Também influenciam o resultado da Companhia as despesas financeiras decorrentes da dívida com a aquisição da CNA e as receitas e da dívida entre a Companhia e sua controladora Maverick, que a Companhia é credora. Como explicado anteriormente, o resultado dos AHTS comprados da BOM somente impactarão o resultado Consolidado da MLog a partir de 2021, já que a formalização da aquisição das embarcações pela Companhia ocorreu no final de 2020.

A tabela abaixo apresenta as principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2020, comparadas às de 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Balço Patrimonial Consolidado	2020	2019	2018
Ativo Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	14.848	1.581	11.289
Depósito de AFRMM em conta vinculada	2.476	69.278	13.689
Contas a receber de clientes	5.838	6.515	6.545
Adiantamento a fornecedores	2.024	226	337
Estoques	287	428	1.440
AFRMM para liberação	8.075	0	24.052
Partes relacionadas	0	1.093	975
Impostos de renda, contribuições e outros impostos a recuperar	2.365	9.402	11.420
Antecipação de recebíveis	0	0	818
Despesas antecipadas	856	695	605
Direitos na transição negocial	0	0	79.354
Outros créditos	3.557	1.657	481
Total do ativo circulante	40.326	90.875	151.005
Não circulante			
Adiantamentos para futuros aumentos de capital			
Depósitos judiciais	620	3.280	2.340
Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recuperar	4.967	0	141
AFRMM para liberação	0	9.126	20.608
Partes relacionadas	74.542	53.529	
Bloqueios judiciais	2	296	752
Direitos na transação negocial	2.990	11.215	
Imobilizado	309.363	197.706	224.778
Intangível	806.330	804.291	829.881
Total do ativo não circulante	1.198.814	1.079.443	1.078.500
Total do ativo	1.239.140	1.170.318	1.229.505

	2020	2019	2018
Passivo Circulante			
Fornecedores	5.767	6.952	7.392
Empréstimos bancários	32.558	9.209	71.157
Salários e encargos sociais	2.835	3.971	4.293
Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recolher	7.351	3.545	5.487
Adiantamento de clientes	0	1.238	1.310
Provisões	3.508	3.633	3.727
Obrigações na aquisição de investimentos	75.292	77.998	31.985
Outras contas a pagar	2.630	8.516	3.586
Total do passivo circulante	129.941	115.062	128.937
Passivo Não Circulante			
Empréstimos bancários	67.883	3.734	562
Fornecedores	0	0	2.799
Partes Relacionadas	4.135	0	0
Tributos diferidos	135	297	89
Obrigações com clientes	5.875	5.983	5.875
Obrigações tributárias	0	0	503
Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM	178.067	208.789	203.150
Obrigações na aquisição de investimentos	24.300	30.157	61.039
Outras contas a pagar	0	0	1.122
Provisões	2.928	21.786	11.389
Total do passivo não circulante	283.323	270.746	286.528
Patrimônio Líquido			
Capital Social	1.161.678	1.161.678	1.161.678
Reserva para pagamento baseado em ações	0	25.308	25.308
Prejuízos acumulados	-335.808	-402.482	-372.952
Atribuível à participação dos acionistas controladores	825.870	784.504	814.034
Participação de acionistas não controladores	6	6	6
Total do patrimônio líquido	825.876	784.510	814.040
Total do passivo e patrimônio líquido	1.239.140	1.170.318	1.229.505

Ativos

Caixa e Equivalentes em Caixa. A Companhia encerrou o ano de 2020 com posição consolidada em caixa de R\$14.848. O aumento da posição de caixa em comparação ao ano anterior está relacionado à operação com a BOM.

Ativo Circulante. Com a maior parte de seus ativos em estágio pré-operacional, especialmente os relacionados ao Projeto Morro do Pilar, a Companhia encerrou o ano de 2020 com volume consolidado de ativo circulante menor do que o de passivo circulante. Esta situação está relacionada principalmente aos valores a pagar pela aquisição da CNA (Obrigações na Aquisição de Investimentos). A capacidade da Companhia em combinar o reescalonamento deste passivo, o levantamento de capital adicional ou de executar seu plano de negócios, com foco na geração de caixa de suas atividades de navegação (incluindo a anunciada operação com a BOM) e a conversão de AFRMM em caixa livre são importantes para que suas atividades operacionais e pré-operacionais não sejam comprometidas.

Adicional de Frete da Marinha Mercante (“AFRMM”). A subsidiária CNA mencionada na Nota 1 é beneficiária, nos termos da Lei 10.893/2004, do recebimento de 100% do benefício do AFRMM gerado nas suas atividades de navegação fluvial. O uso desses recursos, extensível a coligadas, controladas ou controladora da CNA, está condicionado à aquisição de embarcações novas, jumborização, conversão, modernização, docagem ou reparação de embarcações próprias e pagamento de juros e de amortização de financiamentos relativos a estes mesmos usos.

Impostos a recuperar. Os impostos a recuperar estão relacionados principalmente a contribuições sociais (PIS/COFINS) a compensar e imposto de renda sobre aplicações financeiras.

Imobilizado. A principal variação no imobilizado está relacionada à aquisição das 3 embarcações AHTS que são parte da operação com a Bourbon. Estas embarcações foram adquiridas no final de 2020 pelo valor de R\$ 115.848.

Intangível. A variação do intangível decorre principalmente de novos investimentos realizados no segmento de Mineração.

Passivo e Patrimônio Líquido

Empréstimos bancários. A Companhia encerrou o ano com o total de empréstimos e financiamentos de R\$100.441. Deste total, R\$80.421 são referentes ao endividamento com o BNDES, assumido como parte da operação de aquisição dos AHTS da BOM.

Obrigações por Aquisição de Investimentos. Os valores a pagar referentes à aquisição da CNA são contabilizados como Obrigações por Aquisição de Investimentos.

Em 26 de dezembro de 2019, conforme Plano de Recuperação Judicial aprovado, o Grupo Libra efetuou dação em pagamento aos seus credores originais destas Obrigações na Aquisição de Investimentos devidas pela MLog. Com a conclusão desta dação, os credores originários do Grupo Libra passaram a ser credores destas Obrigações.

O Fundo de Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (FIDC Atacado), na qualidade de cessionário e sucessor processual do Banco Santander, era detentor de 26,3% do total dos créditos. Em março de 2020, o FIDC Atacado cedeu a totalidade de seus direitos à Geribá Participações SPE-2 Ltda. (“Geribá”) e esta, em 30/10/2020 cedeu estes direitos à Rio Alva

Participações S.A. (“Rio Alva”).

Nesta última data a Companhia e suas subsidiárias Asgaard e CNA realizaram um acordo de pagamento desta parcela do crédito que envolveu: (i) o pagamento de R\$3.000 na data da Confissão de Dívida; (ii) o pagamento de duas parcelas adicionais, vincendas em 2021, totalizando R\$3.000, além da dação em pagamento de cinco embarcações operacionais da CNA. A posse das referidas embarcações foi transferida à Rio Alva em 2021, estando ainda pendentes movimentos jurídicos para a transferência de suas efetivas propriedades.

Os bancos Bradesco (29,3%) e Itaú (36,5%) perfazem aproximadamente 65% do total dos créditos, com o restante aproximado de 8% do total pertencendo a diversos credores que originalmente eram debenturistas do Grupo Libra.

A Companhia vem negociando com os Bancos Bradesco e Itaú novas condições para estes créditos dadas as características dos mesmos.

Patrimônio Líquido. Em 2020, o Patrimônio Líquido da Companhia sofreu impacto positivo do lucro líquido do exercício, encerrando o exercício em R\$825.876.

FLUXO DE CAIXA

A tabela abaixo apresenta os fluxos de caixa consolidados para o período iniciado em 01 de janeiro e encerrado em 31 de dezembro dos anos de 2020, 2019 e 2018.

Demonstração de Fluxo de Caixa	2020	2019	2018
<i>Fluxo de caixa das atividades operacionais</i>			
<i>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</i>	<i>41.366</i>	<i>-29.530</i>	<i>-18.953</i>
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) ao caixa oriundo das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	12.413	20.476	12.045
Baixa de ativos não recuperáveis	1.422	50	319
Ganho com baixa de investimentos	0	-816	0
Reemissão de dívidas	-25.144	0	0
Receita de subvenção de AFRMM	-45.634	-10.518	-12.040
Variação cambial não realizada	121	45	-7.884
Rendimentos da conta vinculada do AFRMM	0	37	0
Juros passivos	13.943	8.299	16.015
Juros ativos	-19.818	0	0
Ajuste contraprestação contingente aquisição CNA	7.196	0	0
Ganho com acordos judiciais	-5.178	0	0
Tributos e contribuições diferidos	2.831	207	57
<i>Variações nos ativos e passivos</i>			
Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recuperar	2.077	-78	1.517
Estoques	141	197	-1.112
Despesas Antecipadas	-162	-234	-175
Outros créditos	-1.899	-1.180	1.183
Contas a receber de clientes	677	-1.964	11.195
Bloqueios judiciais	427	-45	-1.359
Adiantamentos a fornecedores	-1.798	12	192
Recebimento de subsídio de AFRMM	83.138	2.168	18.699
Fornecedores	-1.307	-2.527	-5.653
Salários e encargos sociais	-1.137	2.452	-212
Impostos de renda, contribuições e outros impostos a recolher	700	2.328	227
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	-82	-3.642	-94

Juros de empréstimos bancários pagos	-1.129	-314	0
Contas a receber	0	0	-850
Adiantamento de clientes	-1.238	394	-45
Outras contas a pagar	-3.808	3.914	-754
Outros passivos não circulantes	0	-395	0
Provisões	207	6.012	-8.452
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades operacionais:	58.325	-4.652	3.866
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Mútuos com partes relacionadas - concedidos	-14	-9	-130
Antecipação de recebíveis	0	0	-818
Aquisições de imobilizado	-42.733	-2.196	-2.481
Adições ao intangível	-7.789	-12.177	-4.371
Aquisições e investimentos	0	0	-50.000
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de investimentos:	-50.536	-14.382	-57.800
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de capital	0	0	49.843
Empréstimos bancários	15.315	15.069	3.000
Pagamento de empréstimos bancários	-8.671	-4.938	-197
Amortização da dívida na aquisição de investimentos	-3.000	-805	-22.018
Mútuos com partes relacionadas - recebidos	1.834	0	155
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de financiamentos:	5.478	9.326	30.783
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	13.267	-9.708	-23.151
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.581	11.289	34.440
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.848	1.581	11.289

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa proveniente das atividades operacionais decorreu da combinação entre os resultados das operações das subsidiárias de navegação e as despesas gerais e administrativas da atividade pré-operacional de mineração. O maior impacto destas atividades no ano foi o recebimento do subsídio de AFRMM no valor de R\$46.704.

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

O maior impacto no fluxo de caixa das atividades de investimentos no exercício social está

relacionado à aquisição das embarcações AHTS da Bourbon.

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

O caixa proveniente das atividades de financiamento refere-se principalmente a captação de empréstimos bancários, em sua maioria de curto prazo.

10.2 – Os diretores devem comentar:

(Sempre que possível, os diretores devem comentar também neste campo sobre as principais tendências conhecidas, incertezas, compromissos ou eventos que possam ter um efeito relevante nas condições financeiras e patrimoniais do emissor, e em especial, em seu resultado, sua receita, sua lucratividade, e nas condições e disponibilidade de fontes de financiamento)

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As principais receitas da Companhia foram realizadas pelas subsidiárias de Navegação, Asgaard e CNA, no exercício de 2020. Estas receitas estão relacionadas à prestação de serviço de navegação de apoio marítimo e cabotagem.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Além das atividades normais de nossos negócios, a Companhia teve seu resultado operacional afetado pela contabilização de receitas de AFRMM relacionadas à operação com a Bourbon, aumentando o resultado da Companhia. Estes lançamentos tem natureza contábil, não tendo impactado o fluxo de caixa da MLog.

Devido à pandemia da COVID, a Asgaard teve aumento de seus custos operacionais, especialmente em função de pagamento de horas extras ao seu pessoal marítimo por quarentenas.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Como parte do contrato da Asgaard está denominado em dólares americanos, a desvalorização cambial do Real afetou positivamente as receitas da Companhia. No exercício de 2020 as maiores alterações foram comentadas no item “a”, acima. Em relação ao futuro, na visão dos diretores, seus resultados sofrerão impactos decorrentes dos fatores listados abaixo:

Condições Econômicas Mundiais e Brasileiras

O desempenho da economia brasileira e das condições econômicas mundiais podem afetar

significativamente os resultados operacionais da Companhia.

Os custos da Companhia, inclusive de mão de obra e manutenção estão sujeitos a ajuste pela inflação. As taxas previstas nos contratos celebrados pela Companhia são reajustadas anualmente para refletir as variações positivas ou negativas em certos índices de inflação do Brasil. No entanto, estes reajustes podem não compensar integralmente os efeitos reais da inflação sobre os custos da Companhia.

A disponibilidade de financiamento nos mercados de crédito terá um impacto significativo sobre os negócios da Companhia, condições financeiras e resultados operacionais, considerando que a Companhia pretende contrair financiamentos para implementar seu plano de negócios.

São apresentadas a seguir outras informações relevantes para o entendimento dos principais fatores que afetarão a receita e os resultados operacionais da Companhia no futuro.

Demanda por embarcações de apoio à indústria marítima de óleo e gás

O setor de navegação de apoio marítimo à indústria de óleo e gás atravessa um momento extremamente delicado. A manutenção do preço do petróleo em níveis próximos de 100 dólares por barril por um período longo impactou os preços de contratações na indústria de navegação de apoio, dando início a um importante ciclo global de investimento em ampliação da capacidade instalada. Com o início da forte queda no preço desta commodity, iniciada em 2014 e atingindo o piso recente em 2015, quando o petróleo chegou a valer menos de 30 dólares por barril, o investimento em nova capacidade de exploração e produção de petróleo foi drasticamente reduzido, levando distintos elos da cadeia de serviços do setor à situação de excesso de capacidade instalada e, logo, a quedas nas taxas de ocupação e nos preços cobrados, com as diárias de embarcações caindo mais de 50% no Mar do Norte e a capacidade ociosa chegando a 40% da frota. A consequência foi uma abrupta queda dos retornos sobre o capital investido, que atingiu patamares negativos, e uma série de problemas corporativos gerados por falta de liquidez e questões de solvência.

No Brasil, a diminuição dos investimentos em exploração e produção por parte da Petrobras também impactou o mercado, que viu as taxas diárias cobradas caírem aproximadamente 30%. O nível de ocupação também foi negativamente afetado, mas o favorecimento da frota nacional pela regulamentação do país manteve o mercado em uma situação de maior equilíbrio, com retornos sobre o investimento caindo, mas ainda mantidos em níveis positivos.

Demanda por minério de ferro

Após queda significativa dos preços do minério de ferro nos anos de 2014 e 2015, o preço desta commodity vem se recuperando gradualmente nos mercados internacionais. O minério de ferro de 62% posto na China, que chegou a ser negociado abaixo de US\$40 por tonelada em 2015, encerrou 2018 com preço oscilando próximo a US\$70 por tonelada e foi positivamente impactado pelo acidente de Brumadinho, da Vale, tendo operado ao longo de 2019 com preços próximos ao patamar de US\$100 por tonelada.

Para o produto do projeto MOPI (68,5% de Fe), a alta foi ainda maior, com o prêmio por cada % de Fe adicional atingindo patamares significativamente acima do visto nos últimos anos, como consequência da capacidade limitada de oferta de produto de alto teor no mundo e do aumento

da demanda por produtos mais ricos em Fe em função de legislação ambiental mais restrita na China, já que o minério de ferro de maior teor é também menos poluente.

Afretamento de Embarcação e Capacidade de Produção

Atualmente a companhia conta com uma embarcação própria, o OSRV Asgaard Sophia e com uma frota de balsas e empurradores operados pela sua subsidiária CNA. Parte dos contratos com clientes para operação destes ativos é de longo prazo e parte significativa de contratos tem duração menor do que 12 meses. A renovação dos contratos de longo e curto prazo são relevantes para manutenção das receitas de navegação da Companhia.

Preços

As alterações no balanço de oferta e demanda de embarcações de apoio marítimo e do preço do petróleo podem afetar os valores de afretamento recebidos pela Companhia no longo prazo.

Além disso, a Companhia também pode ser afetada por alterações do preço do minério de ferro nos mercados internacionais, já que a maior parte ou a totalidade da produção futura da Companhia deverá ser exportada.

Volatilidade da Moeda

A Companhia estima que uma parte das suas receitas será denominada em dólares norte-americanos (US\$), enquanto a parte de seus custos será denominada em reais (R\$). Em decorrência disso, os resultados da Companhia podem apresentar variações importantes em momentos de maior volatilidade do dólar norte-americano frente ao real.

Taxas de Inflação no Brasil

Parte dos custos da Companhia será incorrida no Brasil em reais, enquanto uma parte das receitas será obtida em dólares. Um aumento na inflação poderá ter impacto negativo sobre as margens operacionais.

Custos Operacionais

Os principais custos operacionais da Companhia estão relacionados às embarcações de apoio marítimo e à operação da CNA. Além dos custos operacionais relativos à atividade de navegação e mineração, a Companhia prevê custos de manutenção da Controladora e, para o projeto de mineração Morro do Pilar, custos e investimentos para manutenção dos ativos e direitos existentes.

Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM)

Parte da geração de caixa da Companhia está relacionada ao AFRMM, subsídio governamental para o setor de navegação nacional. A alteração das condições do AFRMM pode impactar de maneira significativa os resultados consolidados da MLog.

Tributos no Brasil

A Companhia está sujeita à incidência de diversos tributos, sendo os principais impostos incorridos pela Companhia discriminados abaixo:

ICMS e Tributos sobre a Receita. As receitas líquidas da Companhia compreenderão a receita total, deduzida de descontos e devoluções e impostos e contribuições incidentes sobre as vendas, que inclui o ICMS e as contribuições relativas a programas sociais (PIS e COFINS) e impostos sobre serviços (ISS).

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro. Sobre o lucro líquido da Companhia incidirão imposto de renda e contribuição social sobre. A alíquota atual da contribuição social sobre o lucro é de 9% e do imposto de renda de aproximadamente 25% representando uma tributação total de aproximadamente 34%.

As alterações na legislação tributária e regulatória brasileira, que podem ser frequentes, poderão ter um impacto significativo sobre os resultados da Companhia.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

No exercício de 2020, as maiores alterações foram comentadas nos itens “a” e “b” acima.

Com relação ao resultado financeiro, e a dívida de aquisição da CNA, variações tanto na taxa de câmbio quanto na taxa básica de juros do país devem afetar nosso resultado financeiro.

10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional.

Em 2019, a administração da Companhia celebrou Instrumento Particular de Rescisão, onde distrata as obrigações assumidas no contrato de Aquisição da Marsil. Como a Companhia ainda detém o Projeto Pré-Operacional Morro do Pilar, no mesmo segmento de mineração, a rescisão da Marsil não significou a introdução ou alienação de um segmento operacional, mas alterações nos segmentos existentes.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

A Companhia rescindiu a operação de aquisição da mineradora Marsil pelo valor de R\$50.000.

c. eventos ou operações não usuais.

Como parte da operação com a Bourbon, a Companhia adquiriu 3 embarcações AHTS, em valor total de R\$115.848.

10.4 – Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças nas práticas contábeis.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alterações em práticas contábeis.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor.

Não há ressalvas no parecer do auditor externo. Existe, porém, ênfase quanto à Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional.

10.5 - Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e também de acordo com os pronunciamentos contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem (i) a legislação societária, (ii) os Pronunciamentos, as orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, (iii) as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial, conforme descrito nas práticas contábeis.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), sendo essa a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”).

A Administração evidencia todas as informações relevantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas as quais correspondem aquelas utilizadas por ela na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 21 de maio de 2021.

2.1 Base de consolidação e investimentos societários

(a) Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

(b) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas, que incluem as informações da Companhia, das controladas e de sua operação em conjunto, foram elaboradas utilizando a mesma data base de 31 de dezembro e práticas contábeis consistentes e, quando necessário, ajustes são efetuados às demonstrações dessas investidas para garantir a conformidade com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia, suas controladas e operação em conjunto são eliminados integralmente nas demonstrações consolidadas.

As participações societárias incluídas no processo de consolidação são:

Investimentos	Participação	Participação
	31/12/2020	31/12/2019
Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	100%	100%
Morro do Pilar Minerais S.A.	100%	100%
Asgaard Navegação S.A.	100%	100%
Mineração Marsil Eireli *	0%	0%
Dutovias do Brasil S.A.	100%	100%

(*) Consolidada até 30/06/2019 em decorrência do distrato mencionado na Nota Explicativa 1.

A Companhia detém as seguintes participações societárias indiretas por meio da subsidiária Asgaard:

Investimentos	Participação 31/12/2020	Participação 31/12/2019
Cia de Navegação do Amazonas	100%	100%

A Companhia detém as seguintes participações societárias indiretas por meio da subsidiária indireta CNA:

Investimentos	Participação 31/12/2020	Participação 31/12/2019
Bourbon Offshore Marítima S.A.	20%	0%

(c) Controladas

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

A Companhia controla a investida quando está exposta ou tem direitos sobre os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(d) Negócios em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, já em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

A Companhia reconhece nas demonstrações consolidadas a sua participação nas receitas, despesas, ativos e passivos detidos na operação em conjunto. Nas demonstrações contábeis individuais, a operação em conjunto, constituída por meio de entidade veículo com personalidade jurídica própria, é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

(e) Coligada

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

O investimento em coligada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Impactos COVID-19

Embora tenha impactado as operações no exercício de 2020 em função de aumentos de custo ou redução da receita, a Administração da MLog entende que até o momento, não é necessário nenhum ajuste em suas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em função do COVID-19 e suas consequências, mas está acompanhando a evolução da pandemia, tanto em nível global quanto local, e comunicará a seus acionistas os Fatos Relevantes que possam ser desencadeados pela situação conforme surjam novos acontecimentos.

Desde março de 2020 a Companhia adotou uma série de medidas visando a redução de risco operacional e segurança de seus funcionários, como:

- Quarentenas e testagem de funcionários operacionais
- Aplicação do Home Office para as atividades administrativas e operacionais (onde possível);
- Cancelamento de viagens não essenciais;

À medida que os efeitos da pandemia afetaram as regiões onde ocorrem as operações da Companhia, a mesma enfrentou dificuldades operacionais relacionadas à força de trabalho bem como adotou em alguns momentos medidas de contingência, porém sem a necessidade de suspender as operações.

A Companhia identificou os principais eventos econômicos aos quais estaria exposta e que poderiam impactar as informações anuais. O resumo destes eventos é apresentado a seguir:

Redução do valor recuperável ("*impairment*"). A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças nas circunstâncias que indicariam uma perda por *impairment*. Como a pandemia ainda está avançando, o impacto financeiro resultante da COVID-19 nas unidades geradoras de caixa da Companhia ("UGC"), estimado em aproximadamente R\$ 600 em perdas de receita, geradas por medidas de resiliência ("reajuste nas diárias") pactuadas com a Petrobras e *downtime* por suspeita de casos de COVID-19; e aproximadamente R\$1.100 em perdas limitadas ao aumento de certos custos e despesas por medidas de prevenção a COVID-19. Cabe ressaltar, contudo, que apesar dos impactos negativos citados, fomos positivamente beneficiados com a valorização do dólar, responsável pelo efeito compensatório em nossas receitas. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação do modelo de fluxo de caixa, permanecem inalteradas para a avaliação do indicativo de *impairment*.

Liquidez – No exercício de 2020 a Companhia aumentou sua posição de caixa, principalmente pela liberação de recursos da conta vinculada do AFRMM ocorrida na Operação Bourbon, embora tenha permanecido com capital circulante negativo.

Valor justo de outros ativos e passivos – No momento atual, os efeitos da pandemia não

causaram impactos significativos no valor justo dos ativos e passivos da Companhia.

A matriz de provisões utilizada para reconhecimento de perdas de crédito esperadas foi revisada, levando em consideração os efeitos prospectivos de aumento no risco de inadimplência de nossos clientes. Não foram identificados efeitos relevantes.

A Companhia vem mantendo negociações junto aos seus fornecedores, visando adequar os preços dos contratos de equipamentos e serviços a conjuntura atual. Estas negociações, quando encerradas, poderão trazer impactos nos contratos com fornecedores;

Os efeitos da pandemia continuam incertos, impossibilitando prever o impacto final que poderia ter na economia e, por sua vez, nos negócios, na liquidez e na posição financeira da Companhia, o que significa que o valor justo dos ativos e passivos pode se alterar nos períodos subsequentes.

3. Sumário das principais práticas contábeis

A seguir apresentamos as principais práticas contábeis utilizadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

a. Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros e divulgação.

A Companhia não realiza atualmente operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

i. Classificação e mensuração de ativos financeiros

O CPC 48 estabelece três categorias para classificação de ativos financeiros: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de ativos e passivos financeiros - exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado - são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor

justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

i.1. Custo amortizado

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais

i.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes.

i.3. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria os ativos mantidos para negociação. Esses ativos financeiros são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (a) for adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo; ou (b) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (c) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de hedge efetivo.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

ii. **Modificação de fluxo de caixa contratual de passivos financeiros**

O CPC 48 estabelece que os saldos contábeis de passivos financeiros mensurados a custo amortizado, cujos termos contratuais foram modificados não substancialmente, deve refletir o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado

quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação deve ser reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

iii. Perdas de crédito esperadas

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas, levando em consideração todos os eventos de perdas possíveis ao longo da vida dos seus recebíveis, tais como: o histórico dos clientes, situação financeira e possíveis indicadores de inadimplência para estimar as perdas de crédito esperadas.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração das perdas de crédito esperadas, que é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período de tempo específico, que considera dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras, contendo, portanto, certo grau de incerteza.

b. Equivalentes de caixa

São considerados equivalente de caixa as aplicações financeiras de curto prazo e de conversibilidade imediata em um montante conhecido, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento normalmente se qualifica como título de curto prazo quando possui vencimento de até três meses a contar da data da aquisição.

c. Investimentos em controladas

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, sendo eliminados para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

d. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da redução do seu valor recuperável. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são apresentadas na Nota Explicativa nº 9.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem principalmente direitos minerários, gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e obtenção de licenças e são avaliados ao custo de aquisição deduzido, quando aplicável, da amortização acumulada e da redução ao valor recuperável.

Os gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e obtenção de licenças são capitalizados somente se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se a Companhia tiver a intenção de concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas do ativo intangível são apresentadas na Nota Explicativa nº 10.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Redução ao valor recuperável de ativos

Os valores contábeis dos ativos são, para fins de desvalorização, revistos anualmente ou quando houver indicação potencial de perda no valor recuperável.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa).

	Mineração	Navegação
Mensuração do Valor Recuperável	Fluxo de Caixa Descontado	Fluxo de Caixa Descontado ou avaliação dos ativos, conforme o caso
Projeção de Fluxo de Caixa	Toda a vida útil do ativo	Toda a vida útil esperada para cada ativo
Margem Bruta	Base em estudos técnicos contratados, dados de mercado e expectativa do time operacional interno envolvido	Atualização da margem bruta baseada em orçamento, histórico de negócios e tendência de mercado
Custos	Base em estudos técnicos contratados e dados de mercado	Baseada em orçamento, histórico de negócios e tendência de mercado
Taxa de Crescimento na Perpetuidade	Sem Perpetuidade	Sem Crescimento
Taxa de Desconto	A taxa de desconto foi baseada no custo médio ponderado de capital ("WACC") que reflete o risco específico e a estrutura de alavancagem do segmento, sendo 12,3% para Navegação e 11,8% para Mineração.	

g. Provisões

Provisões são reconhecidas quando há obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são apurados pelo regime de tributação com base no lucro real. A base de cálculo para apuração dos impostos considera as adições e exclusões previstas na legislação vigente. A Administração somente registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais quando da evidência de utilização em lucros tributáveis futuros.

i. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e o exercício de julgamento por parte da Administração na aplicação das políticas contábeis da Companhia. Essas estimativas são baseadas na experiência e conhecimento da Administração nas informações disponíveis na data do balanço e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis sob circunstâncias normais. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão dessas estimativas. Os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas explicativas:

<i>Estimativas e julgamentos contábeis</i>	<i>Nota Explicativa</i>
Perdas de crédito esperadas	6
Combinação de negócios	8
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	9
Premissas para testes de recuperabilidade de ativos imobilizado	9
Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências	15

j. Demonstração do valor adicionado

A apresentação das demonstrações do valor adicionado é requerida pela Legislação Societária Brasileira para Sociedades Anônimas de capital aberto e é apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

k. Lucro (prejuízo) por ação

O cálculo básico do lucro (prejuízo) por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média de ações ordinárias durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais, diluídas em ações ordinárias.

l. Pagamento baseado em ações

A remuneração dos executivos baseada em ações é mensurada e reconhecida a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o executivo adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

m. Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM

A subsidiária CNA, mencionada na Nota 1, é beneficiária nos termos da Lei 10.893/2004 do recebimento de 100% do benefício do AFRMM gerado nas suas atividades de navegação fluvial. O uso desses recursos, extensível a coligadas, controladas ou controladora da CNA, está condicionado à aquisição de embarcações novas, jumborização, conversão, modernização, docagem ou reparação de embarcações próprias e pagamento de juros e de amortização de financiamentos relativos a estes mesmos usos.

A contrapartida do benefício a ser utilizado registrado no ativo é reconhecida como receita diferida no passivo. O reconhecimento desse passivo no resultado ocorre na proporção do reconhecimento dos valores acima aplicados no resultado, via depreciação e custo de reparação ou quando da incidência de juros ou da amortização de financiamentos. O direito ao uso do benefício extingue-se no caso de não utilização no prazo de três anos, contados a partir do depósito do AFRMM gerado em conta vinculada em nome da CNA.

Em conformidade com o art. 30 da Lei 12.973/2014, as subvenções reconhecidas no resultado, até o limite do lucro líquido do exercício, não são tributadas desde que mantidas em conta de reserva de lucros (reserva de Incentivos fiscais), ficando a utilização dessa reserva condicionada exclusivamente à absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

O saldo das subvenções reconhecidas no resultado não transferido para a citada reserva de lucros, em decorrência da limitação do lucro líquido, deverá ser transferido assim que ocorrerem lucros suficientes nos anos subsequentes.

n - Receitas com prestação de serviços

As receitas de afretamento de embarcações, transporte de cargas e apoio marítimo são mensuradas pelo valor justo do montante recebido, ou a receber, líquidas de descontos comerciais e dos impostos sobre venda desses serviços.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente.

A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado. Se os serviços sob um único contrato ocorrem em períodos diferentes, a contraprestação será alocada com base em seus preços de venda individuais. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela em que a Companhia vende os serviços em transações separadas.

o - Informação por segmento

Os resultados por segmentos que são relatados à Administração da Companhia incluem itens diretamente atribuíveis a cada segmento divulgado, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

3.1 Novas normas e interpretações

a) IFRS/CPC novas e alteradas em vigor no exercício corrente.

A partir de 1º de janeiro de 2020, estão vigentes as seguintes novas normas e alterações:

-Alterações à IFRS 3 - Definição de negócios;

-Alterações à IAS 1 e IAS 8 - Definição de material;

-Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS;

-Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 - Reforma da Taxa de Juros de Referência.

A partir de 1º de junho de 2020, está vigente a seguinte alteração:

-Alterações ao IFRS 16 - Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos à arrendatários em contratos de arrendamento.

A adoção dessas novas normas contábeis e alterações com exceção do IFRS 3 não resultou em impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020 e períodos comparativos.

b) IFRS/CPC novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e alterações a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

- IFRS 17 - Contratos de Seguros

A norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021.

- IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações) (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB, porém, é permitida a adoção antecipada das alterações.

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em períodos futuros.

10.6 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;

iv. contratos de construção não terminada;

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

b. natureza e o propósito da operação.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não aplicável, conforme indicado no item anterior.

10.08 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

De 2016 a 2019, o negócio de navegação offshore não só tornou-se operacional, com a finalização da construção e início da operação da embarcação OSRV (Oil Spill Recovery Vessel) Asgaard Sophia, como abriu uma nova frente com a aquisição da Companhia de Navegação da Amazônia (“CNA”), maior transportadora fluvial de óleo e derivados na região Norte do Brasil. A CNA trouxe para o grupo: (i) receita adicional; (ii) créditos de AFRMM (Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante) e (iii) uma redução do risco (beta) do grupo pela diversificação entre Asgaard e CNA.

Neste período, a CNA se consolidou como líder de mercado, enquanto a Asgaard se solidificou como a melhor operadora brasileira de navegação de apoio à indústria de óleo e gás de acordo com o PEOTRAM - Programa de Excelência Operacional em Transporte Aéreo e Marítimo da Petrobras. Dentre mais de 50 companhias avaliadas anualmente, a Asgaard foi eleita a número 1 do PEOTRAM em cada um dos últimos 4 anos. Apesar da excelência operacional, à Asgaard ainda era necessária uma escala mínima operacional, que estimávamos em 2 a 4 embarcações adicionais.

Após diversas negociações e conforme Fato Relevante divulgado em 19 de fevereiro de 2020, a MLog celebrou, juntamente com Asgaard e CNA, compromisso vinculante com a Bourbon Offshore Marítima S.A. (“BOM”) e sua controladora envolvendo: (i) o aumento da frota atual da Asgaard pela aquisição de 3 (três) embarcações AHTS brasileiras de propriedade da BOM (Geonísio Barroso, Haroldo Ramos e Yvan Barreto) e (ii) conversão da Asgaard na plataforma para operação de embarcações de apoio marítimo brasileiras e estrangeiras do grupo Bourbon e do grupo MLog no Brasil. Para isso, a Asgaard passará a ser detida 50% por cada uma das empresas, MLog e BOM.

Além de atingirmos uma escala mínima operacional e de criarmos uma parceria com uma das maiores e melhores operadoras de embarcações de apoio marítimo no mundo, esta operação possibilita a utilização de créditos do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”) existentes e futuros gerados pela CNA.

Até dezembro de 2020, todos os passos necessários que dependiam de aprovação de terceiros foram realizados. Para 2021 esperamos finalizar os movimentos societários na Asgaard e operacionalizar a transferência de um ou mais contratos operacionais dos AHTS da BOM para a Asgaard.

Os impactos positivos desta parceria já começaram a ser vistos, com a participação da Asgaard em processos competitivos para operação de novas embarcações e também em operações de fusões e aquisições aumentando. Até o final de 2020, já tínhamos fechado um novo contrato para operação de um WSSV para a Petrobras, em parceria com a Halliburton.

No mesmo período de 2016 a 2019, o Projeto MOPI sofreu sua principal alteração estratégica. Inicialmente pensado como um modelo integrado mina-mineroduto-porto, o Projeto MOPI passou a considerar a produção própria de minério de ferro e alternativas logísticas via parcerias, se aproveitando da disponibilidade atual da infraestrutura brasileira, que conta com pelo menos cinco grandes portos com capacidade ociosa para carregamento de minério no raio de alcance logístico de nossa mina.

Esta nova estratégia do Projeto MOPI, aliada às fortes altas ocorridas no preço do minério de ferro desde então, foram fundamentais para os avanços ocorridos, sendo o mais importante deles a retomada as atividades de Licenciamento Ambiental do projeto.

No terceiro trimestre de 2019, após a execução de estudos e atividades relacionadas ao cumprimento das condicionantes da Licença Prévia (“LP”) do Projeto, a MLog protocolou requerimento da Licença de Instalação (“LI”) do Projeto MOPI.

Por todos os fatos acima, acreditamos que 2020 marca o início de uma nova fase operacional para a MLog.

Com a navegação operando já com escala mínima e com uma parceria que aumentará a velocidade de crescimento futuro, a holding atuará de maneira mais estratégica na atividade, com foco especial em novos negócios (fusões e aquisições e também em projetos comerciais estratégicos) e na alocação de capital da atividade.

Na mineração, após o protocolo do requerimento da LI, reforçamos nosso time executivo do Projeto MOPI, que focará seus esforços nos avanços técnicos do projeto e, principalmente, na estruturação de novas parcerias comerciais, logísticas e na captação de recursos específicos para o desenvolvimento e implantação do Projeto.

Os desafios da Companhia, porém, ainda são muitos. Com a maior parte de seus ativos em estágio pré-operacional, especialmente os relacionados ao Projeto Morro do Pilar, a MLog encerrou o ano de 2020 com volume consolidado de ativos circulantes menor do que o de passivos circulantes.

Esta circunstância está relacionada principalmente aos valores a pagar pela aquisição da CNA (Obrigações na Aquisição de Investimentos). A capacidade da Companhia em combinar o reescalonamento deste passivo, o levantamento de capital adicional ou de executar seu plano de negócios, com foco na geração de caixa de suas atividades de navegação (incluindo a anunciada operação com a BOM) e a conversão de AFRMM em caixa livre são importantes para que suas atividades operacionais e pré-operacionais não sejam comprometidas.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Com a navegação operando já com escala mínima e com uma parceria que aumentará as chances de crescimento futuro, a holding atuará de maneira mais estratégica na atividade, com foco especial em novos negócios (fusões e aquisições e também em projetos comerciais estratégicos) e na alocação de capital da atividade.

Na mineração, após o protocolo do requerimento da LI, iniciamos a remontagem do time executivo do Projeto MOPI, que focará seus esforços nos avanços técnicos do projeto e, principalmente, na estruturação de novas parcerias comerciais, logísticas e na captação de recursos específicos para o desenvolvimento e implantação do Projeto.

Os desafios da Companhia, porém, ainda são muitos. Com a maior parte de seus ativos em estágio pré-operacional, especialmente os relacionados ao Projeto Morro do Pilar, a MLog encerrou o ano de 2019 com volume consolidado de ativo circulante menor do que o de passivo circulante.

Esta circunstância está relacionada principalmente aos valores a pagar pela aquisição da CNA (Obrigações na Aquisição de Investimentos). A capacidade da Companhia em combinar o reescalonamento deste passivo, o levantamento de capital adicional ou de executar seu plano de negócios, com foco na geração de caixa de suas atividades de navegação (incluindo a anunciada operação com a BOM) e a conversão de AFRMM em caixa livre são importantes para que suas atividades operacionais e pré-operacionais não sejam comprometidas.

A Companhia estuda diferentes meios de obtenção de recursos adicionais para implementação e desenvolvimento de seus negócios, incluindo operações de captação de recursos por emissão primária de novas ações, financiamento junto a bancos comerciais, privados e públicos e agências multilaterais. Entretanto, não há qualquer garantia de que a Companhia será capaz de obter os recursos necessários para o início, manutenção ou conclusão de seus projetos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos em andamento e não há desinvestimentos previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Em 6 de janeiro de 2020, a MLog celebrou, juntamente com suas afiliadas Asgaard e CNA, compromisso vinculante com a Bourbon Offshore Marítima S.A. ("BOM") e sua controladora envolvendo: (i) o aumento da frota atual da Asgaard pela aquisição de 3 (três) embarcações AHTS brasileiras de propriedade da BOM, (ii) a utilização de créditos do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante ("AFRMM") e (iii) uma parceria para operação de embarcações de apoio marítimo brasileiras e estrangeiras do grupo Bourbon e do grupo MLog no Brasil.

A completa implementação desta operação contém passos já concluídos, como a aquisição da participação de 20% na BOM pela CNA, o uso e a conversão em caixa de AFRMM, a aquisição e obrigação de pagamento das parcelas da dívida com o BNDES destas três embarcações AHTS pela MLog.

Determinados passos futuros já contratados ainda serão efetivados, em especial a conversão da Asgaard em uma sociedade controlada em conjunto por MLog e BOM, mas desde 30 de

dezembro de 2020 estes não mais dependem de aprovação de terceiros para sua viabilidade.

A Companhia acredita que estes passos restantes serão efetivados ao longo de 2021.

Aquisição de ativos – Embarcações AHTS

Conforme detalhado acima, como parte da Operação Bourbon, a Companhia adquiriu três embarcações AHTS e obteve controle dessas embarcações no dia 30 de dezembro de 2020.

A Companhia aplicou o teste de concentração, detalhado no parágrafo B7B do CPC 15 – Combinação de negócios, para avaliar se o conjunto de atividades e ativos adquiridos são ou não um negócio. A Companhia considerou que o teste foi atendido, uma vez que o valor justo dos ativos brutos adquiridos estava concentrado em um grupo de ativo similares (Embarcações adquiridas). Conseqüentemente, a transação foi classificada como uma aquisição de ativos, fora do escopo do CPC 15 e seguindo as determinações do CPC 27 – Ativo Imobilizado.

Os valores envolvidos nessa transação são os seguintes:

- R\$ 115.848: Custo do ativo adquirido
- R\$ 82.722: Valor da dívida assumida
- R\$ 33.126: Contraprestação transferida

c. novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;**
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;**
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados;**
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

Não há.

10.09 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há.

ANEXO B

Proposta de Remuneração e Informações sobre a Remuneração dos Administradores
(Conforme artigo 12 da ICVM 481 e item 13 do Formulário de Referência – ICVM 480)

Senhores Acionistas,

A Administração propõe e recomenda a fixação de uma remuneração global da Administração em até 10.100.000,00 (dez milhões e cem mil reais), conforme art. 152 da Lei das S.A., sendo até R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) em remuneração global fixa e até R\$4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil reais) em remuneração global variável.

13.1 – Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A prática de remuneração da Companhia tem como objetivo remunerar seus administradores e colaboradores conforme melhores parâmetros de mercado e considerando as metas da Companhia, a estratégia de seus negócios e seu estágio de desenvolvimento. A Companhia acredita que políticas ou práticas de remuneração são importantes não apenas para atrair, mas também reter talentos.

b. Composição da remuneração, indicando

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Na data desta Proposta, os membros do Conselho de Administração da Companhia contam com uma remuneração fixa (que inclui salários, encargos e honorários dos administradores).

A Administração da Companhia propõe na proposta atual de remuneração que o Conselho de Administração da Companhia também seja elegível à Remuneração Variável.

Diretoria Estatutária

Na data desta Proposta, os membros da Diretoria da Companhia contam com uma remuneração fixa (que inclui encargos, pró-labore e benefícios dos administradores).

Remuneração Fixa

No ano de 2018, a remuneração fixa global anual da Administração, fixada em assembleia geral de acionistas foi de até R\$9.150.000,00 (nove milhões, cento e cinquenta mil reais). Os benefícios recebidos pelos diretores estatutários são: planos de saúde, plano odontológico, refeição e seguro de vida.

No ano de 2019, a remuneração fixa global anual da Administração, fixada em assembleia geral de acionistas foi de até R\$9.550.000,00 (nove milhões, quinhentos e cinquenta mil reais). Os benefícios recebidos pelos diretores estatutários são: planos de saúde, plano odontológico, refeição e seguro de vida.

No ano de 2020, a remuneração fixa global anual da Administração, fixada em assembleia geral de acionistas foi de até R\$5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos mil reais). Os benefícios

recebidos pelos diretores estatutários são: planos de saúde, plano odontológico, refeição e seguro de vida.

No ano de 2021, a remuneração fixa global anual da Administração proposta para aprovação em assembleia geral de acionistas é de até 6.000.000,00 (seis milhões reais)

Os benefícios recebidos pelos diretores estatutários são: planos de saúde, plano odontológico, refeição e seguro de vida.

Remuneração Variável

A Companhia poderá atribuir aos administradores bônus e/ou participação nos seus lucros, dentro do limite estabelecido na Lei das Sociedades por Ações.

Como remuneração variável, a Administração propõe para o ano de 2021, o valor global de até R\$4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil reais) para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia.

Plano de Opção

Em 21 de julho de 2011, foi aprovado o Plano de Opção, o qual estabelece os termos e condições gerais para a emissão de opções referentes à compra de ações ordinárias pela Companhia a seus diretores, conselheiros, funcionários e/ou outras pessoas físicas que prestem serviços à Companhia e/ou às suas subsidiárias. Por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2013, os acionistas da Companhia aprovaram a revisão das Seções 8.2 (c) (ii) e 10.2 do Plano de Opção. No último exercício não houve outorga de opções de ações no âmbito do referido Plano de Opção.

A Administração da Companhia vem estudando nova utilização de remuneração adicional através do Plano de Opção atual como forma de aumentar o alinhamento de longo prazo de seus Administradores e Acionistas.

Conselho Fiscal

Na presente data, a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

Comitê de Auditoria

Na presente data, a Companhia não possui Comitê de Auditoria instalado.

Segue abaixo descrição dos elementos da remuneração da administração da Companhia:

(ii) Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

No ano de 2018, a remuneração da Administração foi composta somente de parcela fixa.

No ano de 2019, a remuneração da Administração foi composta somente de parcela fixa.

No ano de 2020, a remuneração da Administração foi composta somente de parcela fixa.

A proporção de cada elemento na remuneração da Diretoria está disposta no quadro abaixo:

Exercício Social / Remuneração	Salário Fixo Mensal	Benefícios Diretos	Bônus Executivo	Outros	Opções
2018	94%	6%	0%	19%	0%
2019	93%	7%	0%	19%	0%
2020	86%	14%	0%	18%	0%
2021 estimado	58%	8%	34%	0%	0%

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O Conselho de Administração da Companhia, monitora periodicamente a competitividade da remuneração dos administradores e poderá avaliar a necessidade de se realizar reajuste em algum de seus componentes.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

As razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da gestão da Companhia e a permanência dos seus administradores, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e com o desempenho de curto prazo.

(v) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O Conselho de Administração da Companhia define indicadores de desempenho não formais para o componente de remuneração variável (bônus e/ou participação nos lucros) para os administradores, seguindo política flexível. Esta metodologia é considerada pelo Conselho de Administração como a mais adequada para o estágio de desenvolvimento do conjunto de seus ativos, incluindo a existência de parcela relevante dos mesmos em fase pré-operacional.

O alinhamento e impacto das decisões administrativas no curto, médio e longo prazo são levados em conta pelo Conselho de Administração na hora de determinação de remuneração variável, com entendimento do Conselho de Administração de que certa flexibilidade no estágio atual dos ativos é benéfica para a Companhia, incluindo pela possibilidade de ocorrência de alteração de valor real de seus ativos sem impacto contábil imediato.

Dentre os indicadores de desempenho utilizados, podemos destacar: (i) para os ativos pré-operacionais, são analisados os impactos na geração de valor potencial do ativo, como impactos na capacidade de geração de resultados futuros e/ou na redução do risco dos projetos; (ii) para os ativos operacionais, são analisados indicadores de desempenho operacional e financeiros.

A definição de montante de remuneração variável/ bônus leva em consideração a posição de caixa da Companhia, de forma a garantir o cumprimento das obrigações financeiras de curto e

médio prazo.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Vide item (c) acima.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Vide item (c) acima.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração dos administradores é suportada majoritariamente pela Companhia, que reporta qualquer remuneração recebida de subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos pelos seus Administradores de maneira consolidada, ou seja, não existe remuneração recebida pelos Administradores, direta ou indiretamente, não reportadas como Remuneração da Administração.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Nesse sentido, existem tão somente os benefícios legais previstos na Lei das S.A., não existindo remunerações ou benefícios pré-definidos vinculados à ocorrência destes eventos.

h. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Não há.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há utilização de estudos para verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Não há.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Não há.

13.2 – Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total realizada no Exercício Social de 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,67	5,00		11,67
Nº de membros remunerados	5,33	5,00		10,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.375.360,00	4.599.333,33		5.974.693,33
Benefícios direto e indireto	35.154,84	249.281,52		284.436,36
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Número total de membros calculado como a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	Número total de membros calculado como a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	Número total de membros calculado como a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	Número total de membros calculado como a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente
Total da remuneração	1.410.514,84	4.848.614,85		6.259.129,69

Remuneração total realizada no Exercício Social de 31/12/2019 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,50	5,00		9,50
Nº de membros remunerados	4,50	5,00		9,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.105.440,00	4.560.000,00		5.665.440,00
Benefícios direto e indireto	0,00	439.574,80		439.574,80
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em a�es (incluindo op�es)	0,00	0,00		0,00
Observa�o	Número total de membros calculado como a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	Número total de membros calculado como a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	Número total de membros calculado como a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	Número total de membros calculado como a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente
Total da remunera�o	1.105.440,00	4.999.574,80		6.105.014,80

Remuneração total realizada no Exercício Social de 31/12/2020 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	5,00		8,00
Nº de membros remunerados	3,00	5,00		8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	719.072,00	3.674.755,56		4.393.827,56
Benefícios direto e indireto	0,00	420.446,63		420.446,63
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0	90.000,00		90.000,00
Descrição de outras remunerações fixas		Remuneração adicional concedida no ato de renúncia da diretoria		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessaçã o do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Número total de membros calculado como a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	Número total de membros calculado como a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	Número total de membros calculado como a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	Número total de membros calculado como a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente
Total da remuneração	719.072,00	4.185.202,19		4.904.274,19

Remuneração total estimada no Exercício Social de 31/12/2021 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	5,00		8,00
Nº de membros remunerados	3,00	5,00		8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	949.200,00	4.257.500,00		5.206.700,00
Benefícios direto e indireto	0,00	738.832,50		738.832,50
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	500.000,00	2.500.000,00		3.000.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessaçã o do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Número total de membros calculado como a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	Número total de membros calculado como a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	Número total de membros calculado como a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	Número total de membros calculado como a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente
Total da remuneração	1.449.200,00	7.496.332,50		8.945.532,50

13.3 – Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

No exercício social de 2018 não houve remuneração variável para a Diretoria e Conselho de Administração, conforme quadro abaixo:

Exercício Social de 2018	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número total de membros	6,67	5,00	11,67
Número de membros remunerados	5,33	5,00	10,33
Bônus	0	0	–
Valor mínimo previsto no plano de remuneração			–
Valor máximo previsto no plano de remuneração			–
Valor previsto no plano de remuneração – caso atingidas as metas			–
Valor efetivamente reconhecido	0	0	–
Participação no resultado	Não houve	Não houve	–
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não houve	Não houve	–
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não houve	Não houve	–
Valor previsto no plano de remuneração – caso atingidas as metas	Não houve	Não houve	–
Valor efetivamente reconhecido	–	–	–

No exercício social de 2019 não houve remuneração variável para a Diretoria e Conselho de Administração, conforme quadro abaixo:

Exercício Social de 2019	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número total de membros	4,50	5,00	9,50
Número de membros remunerados	4,50	5,00	9,50
Bônus	0	0	–
Valor mínimo previsto no plano de remuneração			–
Valor máximo previsto no plano de remuneração			–
Valor previsto no plano de remuneração – caso atingidas as metas			–
Valor efetivamente reconhecido	0	0	–
Participação no resultado	Não houve	Não houve	–
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não houve	Não houve	–
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não houve	Não houve	–
Valor previsto no plano de remuneração – caso atingidas as metas	Não houve	Não houve	–
Valor efetivamente reconhecido	–	–	–

No exercício social de 2020 não houve remuneração variável para a Diretoria e Conselho de Administração, conforme quadro abaixo:

Exercício Social de 2020	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número total de membros	3,00	5,00	8,00
Número de membros remunerados	3,00	5,00	8,00
Bônus	0	0	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração			-
Valor máximo previsto no plano de remuneração			-
Valor previsto no plano de remuneração – caso atingidas as metas			-
Valor efetivamente reconhecido	0	0	-
Participação no resultado	Não houve	Não houve	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não houve	Não houve	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não houve	Não houve	-
Valor previsto no plano de remuneração – caso atingidas as metas	Não houve	Não houve	-
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-

No exercício social de 2021, é estimado o pagamento de remuneração variável para a Diretoria e Conselho de Administração, conforme quadro abaixo:

Exercício Social de 2021 (Estimativa)	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número total de membros	3,00	5,00	9,50
Número de membros remunerados	4,50	5,00	9,50
Bônus	500.000,00	2.500.000,00	3.000.000,00
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.100.000,00	3.000.000,0	4.100.000,00*
Valor previsto no plano de remuneração – caso atingidas as metas	500.000,00	2.500.000,00	3.000.000,00
Valor efetivamente reconhecido	0	0	-
Participação no resultado	Não houve	Não houve	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não houve	Não houve	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não houve	Não houve	-
Valor previsto no plano de remuneração – caso atingidas as metas	Não houve	Não houve	-
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-

13.4 – Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. Termos e condições gerais

O Plano de Opção de Ações (“Plano de Opção”) estabelece as condições gerais de outorga de opção de compra de ações emitidas pela Companhia aos seus Diretores, Conselheiros, funcionários e/ou outras pessoas físicas que prestem serviços à Companhia e/ou às suas subsidiárias.

Referido plano será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, que será o único órgão autorizado a: (a) impor limites, restrições e condições sobre as opções, conforme seja apropriado; (b) interpretar o plano e adotar, alterar e rescindir manuais administrativos e demais normas e regulamentos que regulem os objetivos do plano; (c) tomar todas as decisões e quaisquer outras medidas exigidas e recomendadas ao implantar e administrar o plano, inclusive, mas sem limitação, decidir sobre a antecipação dos períodos de aquisição (*vesting periods*) das opções de um determinado beneficiário nas hipóteses que entender adequado (tais como, exemplificativamente, em casos de operações que derem ensejo à oferta pública de aquisição obrigatória de ações, nos termos da legislação aplicável, ou, ainda, hipóteses que confirmem aos acionistas a possibilidade de exercer direito de recesso ou retirada, nos termos da legislação aplicável); e (d) escolher e aprovar a lista de beneficiários.

Nesse sentido, o Conselho de Administração terá a autoridade exclusiva para adotar todas as medidas necessárias e adequadas para administrar o Plano de Opção, incluindo:

- (a) Criação e aplicação de normas sobre a outorga de opções de acordo com o Plano de Opção e resolução de questões concernentes à interpretação do Plano de Opção;
- (b) Estabelecimento de condições gerais para as opções emitidas e modificação dessas condições conforme exigido para adaptar as opções à legislação, normas ou regulamentos subsequentes;
- (c) Emissão de ações em conformidade com os termos referentes ao exercício das opções;
- (d) Estipulação do preço de exercício das opções;
- (e) Estabelecimento das metas relacionadas a desempenho para os beneficiários, com a criação de critérios de objetivos para a escolha dos beneficiários; e
- (f) Escolha periódica dos beneficiários que receberão opções.

O Conselho de Administração poderá oferecer condições diferentes aos beneficiários que estejam em posições similares.

Os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de julho de 2011, a adoção de um plano de remuneração de diretores, conselheiros e funcionários por meio de opção de compra de ações (stock option plan). As opções do plano de emissão pela Companhia são do tipo primário, logo, envolvem emissão de novas ações.

Em 31 de dezembro de 2015, o total de opções outorgadas era de 22.520 (vinte e duas mil, quinhentas e vinte) realizado por meio de contrato individual entre a Companhia e cada beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o beneficiário deve concluir três anos de serviço (período de aquisição de direito). As opções, na proporção de um terço do total das ações disponíveis para o plano, são exercíveis em três parcelas anuais, sendo a primeira depois de decorridos 12 meses da data da outorga e as duas seguintes, nas mesmas condições, observados os períodos de 24 e 36 meses também contados

da data da outorga. Os participantes têm o prazo máximo de sessenta meses, a partir da data da maturação, para exercer as opções.

O preço de exercício das opções outorgadas até 20 de agosto de 2012 é de R\$1.576,00 (mil e quinhentos e setenta e seis reais) por ação nominal e a partir desta data R\$2.547,25 (dois mil quinhentos e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos) que devem permanecer os mesmos até a data efetiva do exercício das opções, passível de correções no caso de agrupamentos ou desdobramento da ação.

A remuneração com base em opções para compra de ações foi mensurada e reconhecida ao valor justo, sendo utilizado o modelo de Merton (1973), uma extensão do modelo Black & Scholes.

b. Principais objetivos do plano

O Plano de Opção tem por objetivo permitir que os administradores ou executivos chave da Companhia ou de suas controladas adquiram opções de compra de ações, com vistas a: (a) alinhar os interesses dos executivos chave com os interesses da Companhia e de seus acionistas e incentivar a criação de valor; (b) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e executivos; e (c) atrair, reter e motivar os executivos chave.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano de Opção visa despertar nos seus beneficiários o senso de propriedade e o envolvimento pessoal no desenvolvimento e no sucesso financeiro da Companhia, encorajando-os a dedicar seus melhores esforços aos negócios sociais, contribuindo, assim, para o implemento dos interesses da Companhia e de seus acionistas. Este modelo visa ainda reter os beneficiários do plano em face do compartilhamento da valorização das ações de emissão da Companhia.

d. Como o plano se insere na nossa política de remuneração do emissor

A despeito de a Companhia estar em vias de finalizar sua política de remuneração, conforme as práticas de mercado e os debates já realizados sobre esse assunto, o Plano de Opção se insere na política de remuneração da Companhia na medida em que visa premiar os seus beneficiários que tenham se destacado por contribuir significativamente para o desempenho da Companhia, ou cuja contratação seja de vital importância para a boa execução dos planos e estratégias da Companhia.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano de Opção alinha os interesses dos beneficiários e da Companhia na medida em que visa despertar neles o senso de propriedade e o envolvimento pessoal no desenvolvimento e no sucesso financeiro da Companhia, encorajando-os a dedicar os seus melhores esforços aos negócios sociais, contribuindo, assim, para o implemento dos interesses da Companhia e de seus acionistas no curto, médio e longo prazo.

f. Número máximo de ações abrangidas

Em nenhuma circunstância nem em qualquer momento durante a vigência do Plano de Opção, as opções poderão exceder 10% das ações emitidas da Companhia e de suas subsidiárias existentes na data da outorga, mais as ações que existiriam no caso de todas as opções concedidas nos termos do Plano de Opção terem sido exercidas.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Conforme indicado no item 13.4 "f" deste Formulário de Referência, em nenhuma circunstância nem em qualquer momento durante a vigência do Plano de Opção, as opções poderão exceder 10% das ações emitidas da Companhia e de suas subsidiárias existentes na data da outorga, mais as ações que existiriam no caso de todas as opções concedidas nos termos do Plano de Opção terem sido exercidas.

h. Condições de aquisição de ações

Durante a vigência do Plano de Opção, o Conselho de Administração elegerá os beneficiários em favor dos quais serão outorgadas opções nos termos do plano. A outorga de opções é realizada mediante a celebração de contratos de opção entre a Companhia e os beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (a) o número de ações emitidas; (b) os períodos de aquisição de direitos que, considerados como um todo, representem no mínimo 3 anos (observando-se a discricionariedade do Conselho de Administração de antecipar este período no caso de alienação de controle da Companhia nos termos do Plano de Opção); (c) as condições para aquisição do direito de exercício da opção; (d) o prazo final para o exercício da opção; e (e) o preço de exercício e condições de pagamento. Os contratos de opção serão individualmente elaborados para cada beneficiário.

i. Crítérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Conselho de Administração da Companhia deverá determinar o preço de exercício, que será o valor de mercado das ações (ou uma porcentagem dele), até o momento em que a opção for concedida, conforme definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

Até que uma oferta pública seja concluída, o valor de mercado das ações será definido pelo Conselho de Administração da Companhia em um valor consistente com o preço de emissão de ações de subscrições de capital feitas até a data em que a opção for concedida.

j. Crítérios para fixação de prazo de exercício

Opções emitidas em conformidade com o Plano de Opção somente deverão ser exercidas, total ou parcialmente, após o vencimento do período de aquisição de direitos aplicável e mediante o cumprimento de todos os termos e condições previstos pelo Conselho de Administração na emissão dessas opções, assim como quaisquer termos e condições previstos na respectiva opção.

k. Forma de liquidação

O preço de exercício será pago pelos beneficiários do Plano de Opção nas formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração.

l. Restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração poderá impor restrições sobre a transferência de ações adquiridas ao exercer opções. Além disso, o Conselho de Administração poderá reservar o direito da Companhia de recomprar opções ou seu direito de preferência, caso tais ações sejam vendidas pelo beneficiário, observando-se os limites previstos nas leis aplicáveis.

m. Crítérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Na hipótese de alteração do controle da Companhia: (i) a aquisição do direito de exercício de todas as opções outorgadas, de acordo com o Plano, será antecipada para permitir que os beneficiários possam exercer seus direitos de venda conjunta (*tag along*) na respectiva transferência de ações; (ii) os acionistas vendedores terão direitos de exigir venda conjunta (*drag along*) contra todos e quaisquer beneficiários na mesma operação, e (iii) a companhia e os acionistas vendedores, conforme aplicável, adotarão todas as providências necessárias para assegurar que quaisquer ações resultantes do exercício das opções – conforme prevista no Plano - sejam incluídas na respectiva operação de transferência de ações.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de o beneficiário pedir renúncia do seu posto, as opções que ainda não sejam passíveis de exercício caducam sem qualquer indenização ou compensação e as opções já passíveis de exercício poderão ser exercidas em até noventa dias. Até a presente data, 2.480 (duas mil e quatrocentas e oitenta) ações expiraram pelo não exercício da opção, correspondentes a R\$2.649, montante precificado no momento da outorga das ações e reconhecido no resultado e no patrimônio líquido ao longo do período de aquisição do direito.

Na hipótese de o contrato de trabalho do beneficiário ser rescindido por justa causa, todos os direitos caducam automaticamente, independentemente de aviso ou indenização.

No caso de o beneficiário ser demitido mediante destituição de seu cargo sem violação de deveres ou privilégios, os direitos específicos que possam ser exercidos em conformidade com a respectiva opção na data de sua emissão poderão ser exercidos dentro do período remanescente de exercício que estiver disponível para tal beneficiário.

Todas as outorgas de opções de ações da Companhia para a Diretoria, desde a implementação do Plano em 2011, foram realizadas entre 2011 e 2012. Não houve outorga para o Conselho de Administração.

13.5 – Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

(Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão)

2018	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número total de membros	6,67	5,00	11,67
Número de membros remunerados	5,33	5,00	10,33
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações			
Data de outorga	0	0	0
Quantidade de opções outorgadas	0	0	0
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	0	0	0
Prazo máximo para exercício das opções	0	0	0
Prazo de restrição à transferência das ações	0	0	0
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos:			
Em aberto no início do exercício social	0	0	0
Perdidas durante o exercício social	0	0	0
Exercidas durante o exercício social	0	0	0
Expiradas durante o exercício social	0	0	0
Valor justo das opções na data de outorga	0	0	0
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0	0	0

2019	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número total de membros	4,50	5,00	9,50
Número de membros remunerados	4,50	5,00	9,50
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações			
Data de outorga	0	0	0
Quantidade de opções outorgadas	0	0	0
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	0	0	0
Prazo máximo para exercício das opções	0	0	0
Prazo de restrição à transferência das ações	0	0	0
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos:			
Em aberto no início do exercício social	0	0	0
Perdidas durante o exercício social	0	0	0
Exercidas durante o exercício social	0	0	0
Expiradas durante o exercício social	0	0	0
Valor justo das opções na data de outorga	0	0	0
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0	0	0

2020	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número total de membros	3,00	5,00	8,00
Número de membros remunerados	3,00	5,00	8,00
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações			
Data de outorga	0	0	0
Quantidade de opções outorgadas	0	0	0
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	0	0	0
Prazo máximo para exercício das opções	0	0	0
Prazo de restrição à transferência das ações	0	0	0
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos:			
Em aberto no início do exercício social	0	0	0
Perdidas durante o exercício social	0	0	0
Exercidas durante o exercício social	0	0	0
Expiradas durante o exercício social	0	0	0
Valor justo das opções na data de outorga	0	0	0
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0	0	0

2021 Estimativa	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Número total de membros	3,00	5,00	8,00
Número de membros remunerados	3,00	5,00	8,00
Em relação a cada outorga de opções de compra de ações			
Data de outorga	0	0	0
Quantidade de opções outorgadas	0	0	0
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	0	0	0
Prazo máximo para exercício das opções	0	0	0
Prazo de restrição à transferência das ações	0	0	0
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos:			
Em aberto no início do exercício social	0	0	0
Perdidas durante o exercício social	0	0	0
Exercidas durante o exercício social	0	0	0
Expiradas durante o exercício social	0	0	0
Valor justo das opções na data de outorga	0	0	0
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0	0	0

13.6 – Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria Estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

(Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão)

Diretoria	
2018	
Nº de Membros	Não foram outorgadas opções de compra de ações durante esse período.
Nº de Membros remunerados	
Em relação às opções ainda não exercíveis:	
Quantidade	
Data em que se tornarão exercíveis	
Prazo máximo para exercício das opções	
Prazo de Restrição à Transferência das Ações	Não foram outorgadas opções de compra de ações durante esse período.
Preço médio ponderado do exercício	
Valor justo das opções no último dia do exercício social	
Valor Justo de cada opção na Data de	Não foram outorgadas opções de compra de ações durante esse período.
Em relação às opções exercíveis:	
Quantidade	
Prazo máximo para exercício das opções	
Prazo de Restrição à Transferência das	
Preço médio ponderado do exercício	
Valor justo das opções no último dia do exercício social	
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	

Diretoria	
2019	
Nº de Membros	Não foram outorgadas opções de compra de ações durante esse período.
Nº de Membros remunerados	
Em relação às opções ainda não exercíveis:	
Quantidade	
Data em que se tornarão exercíveis	
Prazo máximo para exercício das opções	
Prazo de Restrição à Transferência das Ações	Não foram outorgadas opções de compra de ações durante esse período.
Preço médio ponderado do exercício	
Valor justo das opções no último dia do exercício social	
Valor Justo de cada opção na Data de Outorga	Não foram outorgadas opções de compra de ações durante esse período.
Em relação às opções exercíveis:	
Quantidade	
Prazo máximo para exercício das opções	
Prazo de Restrição à Transferência das Ações	
Preço médio ponderado do exercício	
Valor justo das opções no último dia do exercício social	
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	

Diretoria	
2020	
Nº de Membros	Não foram outorgadas opções de compra de ações durante esse período.
Nº de Membros remunerados	
Em relação às opções ainda não exercíveis:	
Quantidade	
Data em que se tornarão exercíveis	
Prazo máximo para exercício das opções	
Prazo de Restrição à Transferência das Ações	Não foram outorgadas opções de compra de ações durante esse período.
Preço médio ponderado do exercício	
Valor justo das opções no último dia do exercício social	
Valor Justo de cada opção na Data de Outorga	Não foram outorgadas opções de compra de ações durante esse período.
Em relação às opções exercíveis:	
Quantidade	
Prazo máximo para exercício das opções	
Prazo de Restrição à Transferência das Ações	
Preço médio ponderado do exercício	
Valor justo das opções no último dia do exercício social	
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	

Os demais órgãos da administração da Companhia não possuem opções em aberto.

13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Nunca houve exercício de opção.

13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

A precificação de opções de compra de ações foi baseada no modelo de Merton, uma variante do modelo Black & Scholes. A Companhia adotou referido modelo, pois é uma metodologia amplamente difundida e aceita no meio acadêmico para precificação de opções.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O preço médio ponderado utilizado foi de R\$1.576,00 por ação, refletindo, na data do cálculo, o último negócio feito com os papéis da Companhia. Para o cálculo da volatilidade, a Companhia utilizou as ações preferenciais da Vale S.A. Como a Companhia não possui histórico de negociações, entende que esta ação representa o melhor índice comparativo para o cálculo da volatilidade em razão dos seguintes fatores: longo histórico (amostra estatisticamente satisfatória de cotações), operações diárias em bolsa, listada e com as principais operações no Brasil. Quanto aos dividendos, a Companhia ainda não distribuiu quaisquer quantias a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio desde a sua constituição. Em relação à taxa livre de risco, a Companhia utiliza as taxas de referência para ajustes de contratos de swap DI x Pre divulgadas pela B3. Como as taxas têm vencimentos diferentes dos vencimentos das opções do plano, as taxas para aplicação no modelo foram obtidas através de um processo de interpolação.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

A Companhia permitirá o exercício antecipado das opções objeto do Plano de Opção na hipótese de alteração do controle, na forma do item 10.2 do Plano de opção da Companhia. Importante frisar que houve alteração do controle, conforme deliberação da assembleia de 26 de agosto de 2015, porém, as opções não foram exercidas e/ou antecipadas por nenhum beneficiário.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Conforme indicado no item 13.9 “b” deste Formulário de Referência, foram utilizadas as ações preferenciais da Vale S.A. com série histórica semelhante ao período de cada exercício.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não, pois não foram incorporadas outras características.

13.9 – Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliário conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

(Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa for membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos devem ser divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração)

Conselho de Administração		
Valor Mobiliário Derivativo	Características dos Títulos	Quantidade
Ações	ON	872.340
Opção de Compra de Ações	ON	268.368

Diretoria		
Valor Mobiliário Derivativo	Características dos Títulos	Quantidade
Ações	ON	43.293

13.10 – Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. Órgão
- b. Nº de membros
- c. Nº de membros remunerados
- d. Nome do Plano
- e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f. Condições para se aposentar antecipadamente
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários da Companhia.

13.11 - Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal: (a) órgão; (b) nº de membros e (c) nº de membros remunerados.

O valor da remuneração mínima foi apurado com a exclusão de membros da diretoria e do conselho que exerceram seus cargos por menos de 12 meses.

Valores anuais

	Diretoria	Conselho de
	Estatutária	Administração
	31/12/2018	31/12/2018
Nº de membros	5,00	6,67
Nº de membros remunerados	5,00	5,33
Valor da maior remuneração individual (Reais)	1.348.380,67	320.409,60
Valor da menor remuneração individual (Reais)	571.426,30	228.864,00
Valor médio da remuneração individual (Reais) – total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados	969.722,97	264.636,93

O valor da remuneração mínima foi apurado com a exclusão de membros da diretoria e do conselho que exerceram seus cargos por menos de 12 meses.

Valores anuais

	Diretoria	Conselho de
	Estatutária	Administração
	31/12/2019	31/12/2019
Nº de membros	5,00	4,50
Nº de membros remunerados	5,00	4,50
Valor da maior remuneração individual (Reais)	1.367.354,35	303.206,40
Valor da menor remuneração individual (Reais)	745.530,20	216.576,00
Valor médio da remuneração individual (Reais) – total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados	999.914,96	245.653,33

O valor da remuneração mínima foi apurado com a exclusão de membros da diretoria e do conselho que exerceram seus cargos por menos de 12 meses.

Valores anuais

	Diretoria	Conselho de
	Estatutária	Administração
	31/12/2020	31/12/2020
Nº de membros	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00
Valor da maior remuneração individual (Reais)	1.028.573,89	343.072,00
Valor da menor remuneração individual (Reais)	782.145,93	188.000,00
Valor médio da remuneração individual (Reais) – total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados	861.071,44	239.690,67

O valor da remuneração mínima foi apurado com a exclusão de membros da diretoria e do conselho que exerceram seus cargos por menos de 12 meses.

Valores anuais (estimado, incluindo remuneração variável)

	Diretoria	Conselho de
	Estatutária	Administração
	31/12/2021	31/12/2021
Nº de membros	5,00	3,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00
Valor da maior remuneração individual (Reais)	1.790.410,55	789.639,95
Valor da menor remuneração individual (Reais)	1.026.214,69	329.780,03
Valor médio da remuneração individual (Reais) – total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados	1.499.266,50	483.066,67

13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia, em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do Conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

No ano de 2018, 43% da remuneração do Conselho de Administração reconhecida no resultado da Companhia foi referente a partes relacionadas. Na Diretoria Estatutária, 77% da remuneração total foi referente a partes relacionadas.

No ano de 2019, 45% da remuneração do Conselho de Administração reconhecida no resultado da Companhia foi referente a partes relacionadas. Na Diretoria Estatutária, 48% da remuneração total foi referente a partes relacionadas.

No ano de 2020, 74% da remuneração do Conselho de Administração reconhecida no resultado da Companhia foi referente a partes relacionadas. Na Diretoria Estatutária, 63% da remuneração total foi referente a partes relacionadas.

Para o ano de 2021, a estimativa é de que aproximadamente 77% da remuneração total do Conselho de Administração poderá ser referente a partes relacionadas. Na Diretoria Estatutária, a estimativa é de que aproximadamente 46% da remuneração total poderá ser referente a partes relacionadas.

13.14 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

No ano de 2018, R\$606.521,38 da remuneração do Conselho de Administração reconhecida no resultado da Companhia foi referente a partes relacionadas. Na Diretoria Estatutária, R\$3.733.433,43 foi referente a partes relacionadas.

No ano de 2019, R\$497.448,00 da remuneração do Conselho de Administração reconhecida no resultado da Companhia foi referente a partes relacionadas. Na Diretoria Estatutária, R\$ 2.399.795,90 foi referente a partes relacionadas.

No ano de 2020, R\$532.113,29 da remuneração do Conselho de Administração reconhecida no resultado da Companhia foi referente a partes relacionadas. Na Diretoria Estatutária, R\$ 2.764.388,03 foi referente a partes relacionadas.

Para o ano de 2021, a estimativa é de que R\$1.115.884,00 da remuneração total do Conselho de Administração seja com partes relacionadas. Na Diretoria Estatutária, a estimativa é de que R\$3.448.312,95 da remuneração seja referente a partes relacionadas.

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controlados do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgãos, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Toda a remuneração de administradores da Companhia é reconhecida nas informações de

remuneração consolidada divulgada, não havendo remuneração adicional aos valores já reportados. Toda a remuneração de administradores da Companhia é reconhecida nas informações de remuneração consolidada divulgada, não havendo remuneração adicional aos valores já reportados.

13.16 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.

ANEXO C

Informações exigidas pelo artigo 10 da ICVM 481/09 (itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)

12.5 /12.7 / 12.9 / 12.10 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de Nascimento	Órgão Administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor	Se independente, sob qual critério?		Nº de mandatos consecutivos	
Luiz Claudio de Souza Alves 671.167.607-68	30/12/1960 Empresário	Pertence ao Conselho de Administração Presidente do Conselho de Administração	28/04/2017 28/04/2017	até a AGO que aprovar as contas do exercício findo em 31.12.2020. Indicado pelo controlador e eleito por chapa.
Diretor Vice-Presidente	Não é membro independente.		4	
Álvaro Piquet Carneiro Pessoa dos Santos 023.946.247-52	11/06/1971 Advogado	Pertence ao Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração	28/04/2017 28/04/2017	até a AGO que aprovar as contas do exercício findo em 31.12.2020 Eleito por chapa.
	Membro independente, conforme art. 26 da ICVM 461/2007.		4	
Otávio Augusto de Paiva 180.130.077-15	27/11/1945 Engenheiro Civil	Pertence ao Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração	28/04/2016 28/04/2016	até a AGO que aprovar as contas do exercício findo em 31.12.2020 Indicado pelo controlador e eleito por chapa.
	Não é membro independente.		5	

Experiência profissional / Declarações

Luiz Claudio de Souza Alves - 671.167.607-68

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa, cargo e se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor

Luiz Claudio Alves, natural do Rio de Janeiro, 57 anos, concluiu o curso de Ciências Contábeis em 1983 na Instituição Faculdades Integradas Celso Lisboa. Carreira profissional empreendida em empresas holding, com investimentos realizados em diversos setores da economia, se destacando como: Sócio Fundador e Presidente da Diretoria e do Conselho de administração da Webb Negócios, Co-Fundador e Presidente do Conselho de Administração do Shoptime, Co-Fundador e Vice-Presidente Executivo da Multicanal Telecomunicações e Vice-Presidente Executivo da Companhia de Mineração do Amapá. Iniciou sua carreira na Companhia Bandeirantes de Seguros Gerais (Sul América), passando pelo Banco BBM, Macal Investimentos e Participações, Telemar, CMP Mineração, Mineração Novo Astro, Cetus Investimentos, Centro Pediátrico da Lagoa, bem como idealizou e implementou diversos startups ao longo dos últimos 29 anos, entre os quais: Multicanal (maior operador de TV a cabo do Brasil), Mcom (operações de trunking e paging, realizados em parceria com os Grupos Carso - Carlos Slim e Concast), Shoptime (varejo eletrônico), Cervejaria Itaipava, Webb Negócios(tecnologia). Teve participação na estruturação de ofertas públicas de dívidas e equities, nos mercados brasileiros e americanos, por intermédio de debêntures, bonds (high Yield), ADR's nível III (Nasdaq) e ações (Bovespa). Possui visão estratégica das áreas de Planejamento e Controladoria como partes efetivas na formação de resultados, advindos de uma atuação de mais de 30 anos de experiência.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor

O Sr. Alves não ocupa qualquer cargo em sociedades ou organizações do terceiro setor.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Alves não tem (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a. administradores do emissor; b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

O Sr. Alves é sócio da Maverick Empreendimentos e Participações S.A., controladora da Maverick Holding S.A. e de sua subsidiária integral Lion Investimentos S.A., que por sua vez são acionistas

controladoras da MLog. O Sr. Alves é diretor da Maverick Holding S.A. e da Lion Investimentos S.A.

O Sr. Alves é diretor da Asgaard Navegação S.A, controlada da Companhia.

Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; e c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

O Sr. Alves é sócio da Maverick Empreendimentos e Participações S.A., controladora da Maverick Holding S.A. e de sua subsidiária integral Lion Investimentos S.A., que por sua vez são acionistas controladoras da MLog. O Sr. Alves é diretor da Maverick Holding S.A. e da Lion Investimentos S.A.

Álvaro Piquet Carneiro Pessoa dos Santos - 023.946.247-52

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa, cargo e se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor

Álvaro Piquet é formado em direito e pós-graduado em Direito pela Universidade Candido Mendes. Possui mestrado em Direito pela University of Pennsylvania Law School e em especialização em Corporate Finance pela The Wharton Business School. Desde 2003 é professor de Direito Civil da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ. É sócio da Latitude Gestão e Finanças e de PPMKF Advogados.

Nenhuma das empresas anteriormente citadas integra (i) o grupo econômico da MLog ou (ii) é controlada por acionista da MLog que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da MLog. Já foi membro do Conselho de Administração da Companhia em 2015.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor

O Sr. Piquet não ocupa qualquer cargo em sociedades ou organizações do terceiro setor.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Piquet não tem (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a. administradores do emissor; b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

O Sr. Piquet não tem qualquer relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- (a) administradores da MLog;
- (b) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da MLog;
- (c) controladores diretos ou indiretos da MLog; e
- (d) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da MLog.

Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; e c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

O Sr. Piquet, nos 3 últimos exercícios sociais, não teve qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas com: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela MLog, (ii) controlador direto ou indireto da MLog; e (iii) fornecedor, cliente, devedor ou credor da MLog, de sua controlada ou controladoras ou controladas.

Otávio Augusto de Paiva - 180.130.077-15

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa, cargo e se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor

Otávio Paiva acumulou sólida experiência na área de estruturação financeira de empresas, estratégias empresariais, implantação de projetos de empresas de concessões rodoviárias e elétrica. Atualmente é membro do Conselho da Performance Empreendimentos Imobiliários desde 2009, sócio fundador e membro do Conselho de Administração da Inovadora 2A Tecnologia S.A (WAPPA) desde 2004 e sócio administrador de empresa produtora de vinhos (Otaviano Bodegas y Vinhedos) em Mendoza, Argentina desde 2005. Entre 1983 e 2005 atuou em várias atividades de destaque na Organização Odebrecht tendo sido Chief Financial Officer (CFO) da Construtora Norberto Odebrecht, da Odebrecht Química e da CBPO. Foi membro de vários Conselhos de Administração de empresas afiliadas da Odebrecht, entre os quais Presidente do Conselho de Administração da CONCER e membro do Conselho de Administração da Nova Dutra, Rodonorte e Hidroelétrica de Manso S.A. Entre 1975 e 1983 ocupou diversas funções executivas no Grupo Vale, atuando como superintendente financeiro, diretor tesoureiro e gerente de marketing da Rio Doce América em Nova York, tendo sido responsável pela

estruturação financeira do projeto Carajás (pacote financeiro de 4 bilhões de dólares). Entre 1971 e 1974, foi chefe de departamento de operações especiais junto a FINAME/BNDES.

Nenhuma das empresas anteriormente citadas integra (i) o grupo econômico da MLog ou (ii) é controlada por acionista da MLog que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da MLog.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor

O Sr. Paiva não ocupa qualquer cargo em sociedades ou organizações do terceiro setor.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Paiva não tem (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: a. administradores do emissor; b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

O Sr. Paiva é parente de 1º grau da Sra. Julia Souza de Paiva, diretora da controladora Maverick Holding S.A.

Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; b. controlador direto ou indireto do emissor; e c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

O Sr. Paiva, nos 3 últimos exercícios sociais, não teve qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas com: (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela MLog, (ii) controlador direto ou indireto da MLog; e (iii) fornecedor, cliente, devedor ou credor da MLog, de sua controlada ou controladoras ou controladas.

12.6 – Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do Conselho Fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – 2020/2021	
Membros	% de participação nas reuniões
Luiz Claudio Souza Alves	100%
Alvaro Piquet	100%
Otávio Paiva	100%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não houve instalação de Comitês no exercício de 2020.

12.8 – Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro, e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não houve instalação de Comitês no exercício de 2020.

ANEXO D

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício

No exercício findo em 31/12/2020 a companhia apurou um lucro líquido consolidado de R\$41.365.098,22 (quarenta e um milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, noventa e oito reais e vinte e dois centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Não houve montante de dividendos, dividendos antecipados ou juros sobre capital próprio em virtude de a companhia apresentar prejuízos acumulados superiores ao lucro líquido gerado no último exercício.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Não foi distribuído lucro líquido no exercício.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve montante de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não houve montante de dividendo e juros sobre capital próprio, não se aplicando os demais itens em questão.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados;

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não houve montante de dividendo e juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores;

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Montante Global (R\$ mil)	2020	2019	2018
Lucro Líquido	41.365	-29.532	-19.076
Dividendos	0	0	0
Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
Total Distribuído	0	0	0

Montante por ação ON (R\$)			
Lucro Líquido	14,27	-10,18	-6,58
Dividendos	0	0	0
Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
Total Distribuído	0	0	0

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal;

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não há destinação à reserva legal em virtude de a companhia apresentar prejuízos acumulados.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos:

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos;

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa;

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais;

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto;

b. Informar se ele está sendo pago integralmente;

c. Informar o montante eventualmente retido

a. Conforme artigo 27 do estatuto social da Companhia, após a realização das alocações do lucro líquido mencionadas no referido artigo, 25% do lucro líquido será alocado ao pagamento do dividendo obrigatório a todos os acionistas, desde que não existam valores de prejuízos a compensar.

b. Considerando a existência de prejuízos acumulados, a Companhia não possui dividendo obrigatório a ser pago.

c. Não existe montante retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

a. Informar o montante da retenção;

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos;

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não há montante retido.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a. Identificar o montante destinado à reserva;

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa;

c. Explicar porque a perda foi considerada provável; d. Justificar a constituição da reserva

A companhia não possui destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar;

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não há destinação para a reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva;

b. Identificar o montante destinado à reserva;

c. Descrever como o montante foi calculado.

Não há destinação para a reserva estatutária.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. Identificar o montante da retenção;

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não houve retenções de lucro previstas em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a. Informar o montante destinado à reserva:

b. Explicar a natureza da destinação

Não houve destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.